



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – 24ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear o Instituto Mário Penna pelos 45 anos de sua fundação
- 1.3 – Reuniões de Comissões

### 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Comissões

### 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 – MANIFESTAÇÕES

### 5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 – ERRATAS



## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 30/6/2016

#### Presidência do Deputado Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Ulysses Gomes – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel – Dalmo Ribeiro Silva – Fred Costa – Gustavo Valadares – João Vítor Xavier – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Rogério Correia – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Wander Borges.

#### Falta de Quórum

O presidente (deputado Ulysses Gomes) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 19 horas, nos termos do edital de convocação.

### ATA DA 24ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/6/2016

#### Presidência do Deputado Arlen Santiago

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Wander Borges – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Paulo José de Araújo – Palavras do Deputado Federal Laudívio Carvalho – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.



### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados e a deputada:

Arlen Santiago – Ione Pinheiro – João Leite – Wander Borges.

### **Abertura**

O presidente (deputado Arlen Santiago) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

### **Atas**

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

### **Destinação da Reunião**

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Instituto Mário Penna pelos 45 anos de sua fundação.

### **Composição da Mesa**

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Osmânio Pereira de Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Mário Penna; Paulo José de Araújo, presidente do Instituto Mário Penna; e o deputado federal Laudívio Carvalho; a Exma. Sra. deputada Ione Pinheiro; e os Exmos. Srs. deputados João Leite e Wander Borges, este, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### **Registro de Presença**

O locutor – Registramos a presença, nesta solenidade, do Pe. João de Deus Dantas, da Paróquia de Santa Luzia, conselheiro do Instituto Mário Penna.

### **Execução do Hino Nacional**

O locutor – Convidamos os presentes para ouvir a execução do Hino Nacional Brasileiro.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

### **Exibição de Vídeo**

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre os 45 anos de história do Instituto Mário Penna.

– Procede-se à exibição de vídeo.

### **Palavras do Deputado Wander Borges**

Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Arlen Santiago, homem que respeitamos pela sua história, sobretudo pelo seu engajamento na área de saúde. Tem dado grande exemplo à frente da Comissão de Saúde desta Casa, sendo também um instrutor dos mais jovens nesta Assembleia Legislativa. Muito obrigado pelo carinho sempre constante. Neste ato, V. Exa. representa o presidente desta Casa, deputado Adalclever Lopes.

Cumprimento ainda o Presidente do Instituto Mário Penna, Dr. Paulo José de Araújo, deputado desta Casa nos idos de 1980, conhecedor da dinâmica da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; o presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Mário Penna, Dr. Osmânio Pereira de Oliveira, nosso amigo e companheiro de longa data. Com muito carinho, saudamos o estreante da política mineira, deputado federal Laudívio Carvalho, que tem se engajado em diversas causas a favor de Minas Gerais, especialmente agora conosco, na luta pela conclusão de alguns trechos da BR-381. Sua presença nos honra muito. Obrigado. Temos aqui também o nosso companheiro e amigo de longa data, arqueiro de que todos nós gostamos, respeitamos e admiramos por suas posições, encaminhamentos e sua forma lúcida e correta de fazer política, o deputado João Leite. Também está conosco a nossa querida amiga Ione Pinheiro, irmã do nosso companheiro Dinis Pinheiro, ex-deputado e



ex-presidente desta Casa, e do deputado federal Toninho Pinheiro, e tia do prefeito de Ibirité, o Pinheirinho. Ela é uma guerreira, veio para cá agora, exerce o seu primeiro mandato e faz um trabalho excepcional.

Estimados amigos, senhoras e senhores, “por vezes, sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota d’água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”. Essa frase de Madre Teresa de Calcutá exemplifica a magnífica atitude de criação do Instituto Mário Penna, na exuberância dos seus 45 anos. Devemos respeitar a vida humana como preceito básico da existência. O Dr. Mário Goulart Penna faleceu em 1960, aos 63 anos, mas o seu grande sonho de ver erguido um renomado hospital oncológico não morreu. A sua coragem, a persistência para vencer e o seu legado resultaram em uma homenagem póstuma.

Em um abrigo de pacientes no Bairro Santa Efigênia foi plantada a semente que germinaria e daria muitos frutos. Mais tarde, um grupo de bons cidadãos fundou, em Belo Horizonte, Minas Gerais, a Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna. A maior parte era de desconhecidos, anônimos e voluntários que dedicavam as suas vidas à ajuda ao próximo. Não é difícil imaginar os vastos desafios iniciais de sua atividade – e, por que não dizer, os atuais. Não havia espaço físico suficiente, os recursos eram escassos, os doentes surgiam de todas as regiões de Minas Gerais, clamando por medicamento para aliviar o sofrimento. Como disse o Dr. Paulo, na antessala, no ano passado, pessoas de mais de 700 municípios foram atendidas no Hospital Mário Penna. Nem mesmo profissionais especializados ali existiam naquela época. A Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna tornou-se, então, uma ativa guerreira na luta pela valorização da vida. Os donativos, a exemplo da Sociedade São Vicente de Paulo, possibilitaram a compra da primeira ambulância: uma Kombi pintada com o nome “Mário Penna”. Foi uma grande conquista.

Com a pretensão única em prol da dignidade humana, surgiu então um hospital público, para onde se dirigiam aqueles que clamavam por atendimento e recebiam os cuidados necessários em relação a uma doença triste e de extrema gravidade.

O nome do instituto homenageia o Dr. Mário Penna, médico mineiro, um dos mais ilustres profissionais de medicina que este país conheceu. Natural de Juiz de Fora, esse grande sonhador dedicou parte da sua vida à busca por uma forma mais humanizada de tratamento de uma doença que era conhecida, naquela época, como o grande flagelo.

Além do Dr. Mário Penna, nesses 45 anos de história, podemos citar vários nomes que deixaram marcas na construção do instituto. Dessa forma, homenageamos a todos: Célia Moreira Janotti, uma devota de Nossa Senhora que aceitou a missão de amenizar a dor daqueles que muito sofriam; seu irmão, Antônio Janotti, que deu continuidade ao ministério do cuidado de Célia; Antônio e Osmânio Pereira, responsáveis por grandes contribuições ao espírito do instituto; Thales José da Costa, ex-diretor, também chamado carinhosamente de comendador Thales, ex-funcionário do Banco de Crédito Real, que abriu a primeira conta-corrente na Rua Espírito Santo, nº 485, para as contribuições ao hospital, muito se doou na administração da associação; Pe. Franc Scrizzi, que se uniu aos fiéis da Igreja da Boa Viagem para dar corpo à associação; Dr. João Resende Batista Alves e Dr. Romeu Pereira Resende, médicos, pesquisadores e defensores da causa do Mário Penna; D. Terezinha Simões Ferreira, primeira presidenta do grupo Voluntárias do Mário Penna; Beatriz Ferraz, uma das maiores batalhadoras pelas causas voluntárias em Minas Gerais, homenageada na casa de apoio do instituto; nosso saudoso companheiro Miguel Martini, ex-deputado, que faleceu no dia 16/10/2013 de leucemia. Foi presidente da Associação dos Amigos do Mário Penna, além de membro do conselho curador. Capixaba, ele exerceu mandato nesta Casa de 1995 a 2007. Foi ainda deputado federal de 2007 a 2011. Lembro aqui alguns caminhos de Miguel Martini, amigo fraterno, irmão de João Leite.

Hoje o seu presidente, Sr. Paulo José de Araújo, mineiro de Viçosa, também ex-deputado estadual, com maestria, ética e muita dedicação, conduz os trabalhos da instituição.

Hoje o Instituto Mário Penna é um Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia. É uma das maiores instituições de saúde de Minas Gerais, referência nacional no tratamento da doença. Atende mais de 70% dos casos na Região Metropolitana de Belo Horizonte.



Que o Instituto Mário Penna avance cada vez mais em sua missão de assistir com excelência e de forma humanizada o paciente com câncer. Que tenhamos amor a Deus e ao nosso próximo. Que Ele abençoe a todos e que sua chama nunca se apague. Muita vida ao Mário Penna! Vida longa ao Mário Penna! Obrigado.

#### **Entrega de Placa**

O locutor – Neste momento, o deputado Arlen Santiago, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, juntamente com o deputado Wander Borges, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, farão entrega ao presidente do Instituto Mário Penna, Dr. Paulo José de Araújo, e ao presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Mário Penna, Dr. Osmânio Pereira de Oliveira, de uma placa alusiva a esta homenagem.

O presidente – Gostaria de convidar o deputado João Leite, a deputada Ione Pinheiro e o deputado federal Laudívio Carvalho para acompanhar esta entrega. A placa traz os seguintes dizeres: “A saúde é o maior bem do ser humano. Assim, com o objetivo de assistir com excelência e de maneira humanizada o paciente com câncer, foi fundado, em 1971, o Instituto Mário Penna. O nome da entidade, uma homenagem ao seu grande idealizador, Dr. Mário Goulart Penna, falecido em 1960, carrega consigo a responsabilidade e o privilégio de ser uma das maiores referências do Brasil no tratamento oncológico. Com seriedade, amor ao próximo e respeito à vida, esse centro de saúde filantrópico de alta complexidade inspira a todos com sua abnegação e seu amparo aos mais necessitados. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer a importância do Instituto Mário Penna para o Estado e para o País, rende a ele a justa homenagem pelos 45 anos de sua fundação.”.

– Procede-se à entrega da placa.

#### **Palavras do Sr. Paulo José de Araújo**

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Arlen Santiago, que neste ato representa o Sr. Presidente desta Casa, deputado Adalclever Lopes; Exmo. Sr. Deputado Wander Borges, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem ao Instituto Mário Penna; Exma. Sra. Deputada Ione Pinheiro; Exmo. Sr. Deputado João Leite; Exmo. Sr. Deputado Federal Laudívio Carvalho; Exmo. Sr. Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Mário Penna, Dr. Osmânio Pereira de Oliveira; prezados companheiros e amigos do Instituto Mário Penna; senhores médicos; senhores diretores; senhores superintendentes; meus senhores e minhas senhoras, esta noite, plena de imenso significado para todos nós do Instituto Mário Penna, pode ser resumida em duas palavras tão singelas quanto emblemáticas: agradecimento e alegria.

O nosso agradecimento profundo e reconhecido é dirigido aos ilustres parlamentares desta augusta Casa, que, no momento em que a obra Mário Penna completa seus 45 anos de existência, nos convoca a receber esta homenagem que muito nos honra e engrandece. Um agradecimento muito especial permitimo-nos dirigir ao ilustre deputado Wander Borges, que teve a iniciativa de trazer ao Parlamento mineiro um pouco da história da grande obra Mário Penna. O gesto de V. Exa., deputado Wander Borges, não somente demonstra o seu devotamento às grandes conquistas do nosso estado na área da saúde, mas, de forma indelével, marca a sua consciência de cidadão probo, que sempre auxiliou o Instituto Mário Penna em sua luta contra essa terrível doença que é o câncer.

Permitido nos seja também, Sr. Presidente, aqui deixar registrado o nosso agradecimento aos membros da Comissão de Saúde desta Casa, na pessoa de seu ilustre presidente, o nobre deputado Arlen Santiago, que, com sua competência e abnegado amor à causa da saúde, não vem poupando esforços no sentido de serem direcionados ao Instituto Mário Penna os recursos necessários à cobertura de suas várias necessidades. Não bastasse esse procedimento, o deputado Arlen Santiago se preocupa também em diligenciar junto aos seus ilustres pares desta Casa e do Congresso Nacional, buscando que cada um destine ao Instituto Mário Penna recursos provenientes de suas emendas parlamentares. A V. Exa., deputado Arlen Santiago, amigo ilustre da obra Mário Penna, o nosso reconhecimento e a nossa gratidão.



E a nossa alegria, senhores, nesta noite, está representada pela placa que o Instituto Mário Penna aqui recebe, porque também está sendo permitido dividir com toda a comunidade mineira a luta até agora empreendida dentro dos Hospitais Mário Penna e Luxemburgo, na busca de minorar o sofrimento de nossos coestaduanos que padecem desse terrível mal.

O Instituto Mário Penna, fundado em 1971, é fruto do ideal de um grupo de jovens, cujo objetivo na época era simplesmente permitir alguma dignidade a pacientes com câncer em estado terminal. Hoje, classificado pelo Ministério da Saúde como Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia, o Instituto Mário Penna é referência em ensino, prevenção, pesquisa e tratamento do câncer. Responde pelo atendimento de cerca de 70% dos novos casos de câncer na Região Metropolitana de Belo Horizonte e por 20% de todos os casos novos do Estado de Minas Gerais.

É uma instituição filantrópica, que congrega o Hospital Mário Penna e o Hospital Luxemburgo, além da Casa de Apoio Beatriz Ferraz e de seu núcleo de ensino e pesquisa. Essas unidades operacionais atendem pacientes do Sistema Único de Saúde e dos convênios da saúde suplementar, além de particulares. Sobressai-se, entretanto, ao acolher e oferecer hospedagem e atendimento humanizado a pacientes carentes do interior do nosso estado, quando aqui se dirigem para tratamento médico e vêm geralmente desprovidos de qualquer condição financeira para aqui se manterem.

Na área do ensino e da pesquisa, o Instituto Mário Penna atua na investigação e na produção de dados, gerando conhecimento e avanço científico nos campos clínico, genético e epidemiológico, dando cumprimento à sua nobre missão de assistir com excelência e de forma humanizada o paciente com câncer.

Os valores da obra Mário Penna, reconhecidos por toda a sociedade mineira, pregam e realizam o acolhimento humanizado a pacientes e seus acompanhantes, numa atuação ética e transparente, o que nos leva sempre a reconhecer e enaltecer a gratidão aos nossos apoiadores, doadores e voluntários, o reconhecimento do bom profissional e o compromisso com a perenidade da instituição e a sua sustentabilidade financeira, além do respeito à qualidade de vida e, acima de tudo, o amor a Deus e ao próximo.

É de se ressaltar o trabalho desenvolvido pelas Voluntárias do Mário Penna – Volmape – e pela Pastoral da Saúde, entidades formadas por abnegados cidadãos que se entregam à tarefa de acolher cada paciente com carinho, amor e total abnegação. O procedimento desses cidadãos permite um tratamento verdadeiramente humanizado a todos aqueles, sem qualquer distinção, que batem à nossa porta em busca não somente de sua cura, mas também do calor humano tão necessário nos momentos difíceis que vivem.

Ao longo desses 45 anos, a obra Mário Penna progrediu graças ao enorme apoio da sociedade civil, fundamental para a manutenção dos serviços de alta qualidade que são oferecidos. São os nossos cerca de 300 mil doadores os verdadeiros donos dessa grande obra social. A parceria com grandes empresas mineiras e de outros Estados viabilizou a realização de grandes investimentos em tecnologia, com a aquisição e instalação de modernos equipamentos, por meio dos programas de incentivo fiscal, como o Pronon. Com a especial colaboração de algumas dessas empresas, realizamos também campanhas de arrecadação de materiais de uso direto, como fraldas geriátricas, materiais de higiene pessoal e alimentos, assim como a bem-sucedida Campanha do Troco, em parceria com os supermercados, todos essenciais ao custeio das atividades desenvolvidas.

Devemos também destacar a vital colaboração dos poderes públicos – federal, estadual e municipal – ao longo desses anos, com a celebração de vários convênios e parcerias, sem os quais não teríamos condições de manter os atendimentos aos pacientes carentes de nosso Estado. Nesse particular, merece destaque a enorme colaboração de ilustres membros desta Casa que, através de importantes emendas parlamentares, têm permitido a execução de programas de investimento e o custeio da instituição.

O Instituto Mário Penna, que conta com 370 leitos, dos quais 60 são destinados à hospedagem de pacientes na Casa de Apoio Beatriz Ferraz, atende a cerca de 40 mil pessoas todo mês, oriundos de 760 municípios mineiros. No ano passado foram realizadas mais de 13 mil cirurgias de pequeno, médio e grande portes, além de mais de 9.300 cirurgias ambulatoriais. Foram



feitos 27 mil atendimentos de quimioterapia, 209 mil aplicações de radioterapia e mais de 97 mil consultas em 37 especialidades médicas.

A equipe do Instituto Mário Penna é composta de 1.750 colaboradores diretos e um excepcionalmente e bem preparado corpo clínico de 250 médicos, os mais experientes e preparados em oncologia do Estado. Conta também com um valoroso quadro de 45 médicos residentes, que absorvem todo esse conhecimento em sua formação profissional. Sabe-se que, em quase todos os hospitais que atendem câncer em Minas Gerais, a equipe que ali atua tem, no mínimo, um ex-residente Mário Penna, o que muito nos orgulha e contribui para o engrandecimento da nossa história.

Em cumprimento à sua missão, o Instituto Mário Penna tem investido maciçamente em campanhas de prevenção do câncer, especialmente naqueles mais prevalentes: mama e próstata. Nos contextos do Outubro Rosa e do Novembro Azul, busca levar à população a importância do acompanhamento anual para detecção precoce do câncer, o que aumenta em mais de 90% as chances de cura, com tratamento muito menos desconfortável.

Além das campanhas abertas na imprensa, em 2015 o Instituto Mário Penna levou a mensagem de forma direta aos colaboradores de 20 grandes empresas mineiras e parceiras, atingindo mais de 45 mil pessoas. Podemos afirmar, senhoras e senhores, que, em seus 45 anos de existência, os hospitais que formam o Instituto Mário Penna carregam, orgulhosamente, um legado de muita luta e de grandes vitórias, mas não desconhecem que têm pela frente um futuro desafiador que precisa ser enfrentado e também têm a certeza de que somente com a ajuda de todos poderão vencer essa enorme batalha.

O pleno atendimento à saúde pública, de forma sustentável, está cada vez mais dependente do uso de recursos financeiros vultosos. No contexto de hoje, percebemos a simultaneidade de dois fatores concorrentes, o significativo aumento das exigências dos agentes reguladores da saúde pública e a inexistente recomposição dos preços envolvidos na assistência, e isso exige uma correção imediata, sob pena de assistirmos a uma total falência no sistema de saúde. É essencial manter as regras que trazem mais qualidade e segurança ao tratamento do paciente, ponto fundamental no contexto da saúde, mas que demandam, ao mesmo tempo, a utilização de mais recursos com tecnologia, equipamentos, materiais, espaço físico e mão de obra especializada.

Um aspecto a ser destacado é a estagnação e a enorme defasagem dos preços pagos pelos serviços prestados no Sistema Único de Saúde – SUS. Na maioria dos atendimentos, o hospital gasta valores significativos para a realização de procedimentos e recebe, em contrapartida, valores inexpressivos, equivalentes, na maioria das vezes, a menos da metade do total despendido. As nossas autoridades responsáveis pela área da saúde têm de entender que essa realidade deve ser modificada urgentemente, para que não ocorra a descontinuidade do bom atendimento e no devido tempo ao paciente carente. Além dos óbices citados, é necessário também que sejam discutidas e solucionadas, com prioridade, pelos órgãos competentes as ações relativas à aceleração do diagnóstico do câncer, de forma que a conhecida lei dos 60 dias seja praticada em sua plenitude, desde a suspeita de existência da doença até o início de seu tratamento.

Somos, no Instituto Mário Penna, pessoas que cuidam de pessoas, portanto a nossa sustentabilidade depende, primordialmente, da ação de gente desprendida e confiante, que priorize o bem-estar do próximo e tenha grande amor à causa de nossa obra social. Se à obra Mário Penna se pode dar o nome de sucesso, então, com a devida humildade, podemos nos considerar uma entidade que cumpre sua missão. Mas sucesso não é obra de um ou de outro, nem de uns poucos; sucesso é obra de muitos, é fruto de trabalho coletivo, de espírito de time. O sucesso pelo sucesso nada significa; o sucesso é uma consequência, não um objetivo; o sucesso é uma viagem recorrente, não um ponto de destino. É essa filosofia e esse espírito que têm feito do Instituto Mário Penna o que é hoje: uma obra voltada para o atendimento do paciente portador de câncer, que necessita de tratamento humanizado, tendo como base sólida a confiança, o respeito e a excelência profissional. Nossa tarefa é estarmos permanentemente preparados para cumprir com eficiência e seriedade a nossa missão. Faremos nossa parte, contando com o suporte de toda a sociedade mineira, para que possamos, juntos, escrever os nossos próximos 45 anos de vida.



A esta Casa, orgulho de todos os mineiros, a nossa gratidão e o nosso respeito por esta noite engalanada, que muito nos honrou. A todos os colaboradores do Instituto Mário Penna, o reconhecimento pelo trabalho sério que desenvolvem em todas as áreas da instituição. A todos os senhores que compareceram a esta sessão, o nosso profundo agradecimento.

#### **Palavras do Deputado Federal Laudívio Carvalho**

Senhoras e senhores, muito boa noite. Quero cumprimentar o presidente da Comissão de Saúde, deputado Arlen Santiago; o autor do requerimento desta homenagem, deputado Wander Borges; a deputada Ione Pinheiro, o deputado João Leite e toda a diretoria do Instituto Mário Penna.

Não gastarei mais que 2 minutos em minha fala. Quero aqui, em nome da Câmara Federal, parabenizar o Instituto Mário Penna, parabenizar o Hospital Mário Penna. Não são apenas 45 anos de fundação, são 45 anos de história e de respeito ao povo de Minas; são 45 anos abraçando aqueles que, muitas vezes, chegam sem esperança de ver o dia seguinte amanhecer. Recebi esse abraço do Mário Penna quando minha mãe, com câncer, veio de Montes Claros, do extremo Norte de Minas. Foi no Mário Penna que encontrei esse apoio, que encontrei esse abraço. Já admirava o trabalho daquela casa e passei a respeitá-la muito mais.

Parabéns, voluntários, funcionários e diretoria do Instituto Mário Penna. Fico feliz em saber que, amanhã, esse instituto assinará um convênio com o Ministério da Saúde, às 8 horas da manhã, fruto de uma emenda parlamentar que enviei. Essa é a minha forma de colaborar, a minha forma de dizer, em nome do povo de Minas: parabéns, Instituto Mário Penna, vocês são o verdadeiro sinônimo de vida no Estado de Minas Gerais. Parabéns a vocês.

O locutor – Com a palavra, o deputado Arlen Santiago, neste ato representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

#### **Palavras do Presidente**

Sr. Presidente do Instituto Mário Penna, Paulo José de Araújo, que já foi membro desta Casa, deputado estadual na década de 1980 e que hoje sofre as agruras de ser o grande responsável por uma obra monumental, construída pelo esforço de muitos e em um dos momentos mais difíceis da saúde pública do Brasil – Paulo José de Araújo, nosso amigo, nos recebe muito bem naquele hospital; caro amigo deputado Osmânio Pereira de Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Mário Penna, fundador dessa obra e um devoto da saúde pública de Minas Gerais, que também nos recebe muito bem lá; caro deputado federal Laudívio Carvalho, que, mesmo novato na Câmara Federal, já ocupa postos importantes nas comissões temáticas – mas, principalmente, por sua sensibilidade, apesar de egresso da luta pela segurança pública, tão carente em nosso país e no nosso Estado, abraçou contundentemente a questão da saúde pública, alocando uma parte muito substancial de suas emendas parlamentares para evitar que hospitais como o Mário Penna tenham de diminuir serviços ou fechar as suas portas. Muito obrigado, em nome do povo mineiro, Laudívio Carvalho. Continue assim e contamine mais colegas seus a ajudar essa causa tão importante.

A Exma. Sra. deputada Ione Pinheiro, uma pessoa de extrema sensibilidade, trouxe no mandato na Assembleia Legislativa a sua sensibilidade e a sua vontade de lutar por várias causas e principalmente pela saúde pública. Ela tem vivido dramas muito grandes, por exemplo, ver o seu sobrinho prefeito de Ibirité construir um grande hospital público, que ajudaria a não sobrecarregar a nossa Belo Horizonte. Contudo, houve a insensibilidade do governo federal, que há três anos não credencia nem manda um centavo para manter aquele hospital e vários outros serviços. Receba, deputada Ione Pinheiro, a nossa solidariedade com a sua luta.

Caro amigo deputado Wander Borges, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, ex-prefeito da cidade de Sabará, eu o conheci em Montes Claros junto à irmã do Ayrton Senna, a Viviane Senna, quando, sob sua direção, Sabará tinha um projeto com o Instituto Ayrton Senna para acelerar a educação. A cidade foi considerada pela Viviane Senna, como ela nos falou naquela época, a que mais estava investindo com eficiência e carinho na educação. Agora vemos a questão da saúde contaminando isso. O prefeito realmente fica bem sensibilizado com tamanho sofrimento.



Caro amigo, deputado João Leite, o *maître* da elegância. Aliás, estamos presidindo esta reunião, quando quem foi escalado era o deputado João Leite. Presidimos a Comissão de Saúde, e o deputado João Leite, esse cristão que tantas alegrias deu aos atleticanos e também aos cruzeirenses, quando engolia alguns gols – eu me coloco como cruzeirense –, é o grande professor hoje desta Assembleia. É ponderado, firme, competente e contundente, não tergiversa e faz um grande trabalho próprio e de ensinamentos a todos os seus pares, que o admiram muito. Ele foi uma pessoa que me alertou para o trabalho do Mário Penna, de quem ele é um devoto e um entusiasta. Ele é uma pessoa que eu tenho a certeza luta muito pelo Mário Penna nesta Casa. Tenho a certeza de que, onde ele estiver, lutará cada vez mais para o Mário Penna.

Quero também cumprimentar o Dr. Mário Carvalho, diretor técnico, excelente cirurgião oncológico; os funcionários; o corpo clínico e a Maria Ângela Ferraz, que tem como devoção a Casa Mário Penna, que fica no Santa Efigênia. Essa casa fez mais de 8.500 diárias de um hotel, como diz o Alexandre, que não é quatro estrelas porque não tem piscina. Ela atende pessoas de todos os lugares de Minas Gerais e até de outras localidades, cuidando, e sem receber nada dos poderes públicos, mas Deus ajuda a manter a obra.

Depois de cumprimentar a todos, quero ter ainda uma palavra para o Alexandre e o Cícero, que são os grandes responsáveis por perambular, batendo na porta de cada deputado federal e de cada deputado estadual para conseguir o complemento a fim de que o hospital se mantenha em pé. Estão aqui os nossos respeitos pelo brilhante trabalho.

Temos que parabenizar, Paulo, o Mário Penna porque sobreviver na área de saúde, considerando-se a maneira como o governo federal trata os hospitais, principalmente nos últimos 12 anos, já é uma dádiva, e vocês, além de sobreviver, ainda cresceram, com muita competência, pois saíram buscando na sociedade, que já paga muitos impostos, mais um pouco de recursos. E, por meio de contas de telefone, de água e de luz e do troco nos supermercados, o hospital busca quase 30% do seu sustento. Entretanto, infelizmente, com esta crise e tantas dificuldades, essa porcentagem está caindo; por isso, já queremos fazer um apelo público para todos os que nos assistem por meio da TV Assembleia e para cada um de vocês que já fazem esse grande trabalho: peçam a todos os mineiros que entrem em contato com o Mário Penna e façam a sua doação; R\$2,00, R\$5,00, R\$10,00 e R\$20,00 poderão ser a diferença entre uma morte e uma vida ou entre milhares de vidas e milhares de mortes.

O governo federal esqueceu que a saúde pública é o maior problema da população, de acordo com as pesquisas, seguida pela segurança pública. Com isso, uma consulta especializada de grandes profissionais, como os do Mário Penna, há mais de 10 anos tem o mesmo preço. Não existe inflação na cabeça da Presidência da República. Há ainda algumas outras coisas que nos afligem muito: para uma biópsia, pagam-se R\$68,00, e só a agulha custa R\$120,00. Portanto, na hora em que atendem, têm que tirar de algum outro lugar: as doações.

Por causa disso, o grande promotor de justiça, Dr. Gilmar de Assis, do CAO-Saúde, na segunda-feira, deputado João Leite, à 1 hora, estará aqui na Assembleia Legislativa, deputado Wander Borges e deputada Ione Pinheiro, entregando ao presidente da Comissão de Saúde um estudo completo. Nos últimos 12 anos do governo federal, foi decaindo o *per capita* que o SUS paga por mineiro; e Minas Gerais, que tem o 2º parque instalado de atenção à saúde, recebe o 14º *per capita* – R\$180,00 –, enquanto o Mato Grosso do Sul, que tem um dos menores parques de atendimento, recebe R\$260,00. Precisamos conseguir que o presidente da República, deputado Laudívio Carvalho, não faça com os mineiros o que foi feito nos últimos 12 anos – e engana-se quem considerava estar prejudicando Aécio Neves, pois estava prejudicando o povo mineiro, obras como essa do Mário Penna.

Nós vamos lutar, e peço muito o apoio dos nossos amigos para levarmos ao presidente Temer o pedido para que essa mudança seja feita. E, sendo feita, para dar aos mineiros o que lhes é de direito, fará aumentar na conta do governo de Minas, na Secretaria de Estado de Saúde, R\$1.200.000.000,00 por ano, o que vai salvar muitas vidas.

Além disso, o Dr. Gilmar de Assis está acabando de preparar um trabalho de judicialização contra o Ministério da Saúde. O Mário Penna melhorou, foram criadas outras UTIs, outros serviços foram aprovados em todas as instâncias, o Ministério da



Saúde publicou e não paga. São R\$440.000.000,00 por ano. O Dr. Gilmar vai judicializar para que a pessoa física do ministro seja responsável por cometer improbidade administrativa. Publicar e não pagar é improbidade. Vamos também nessa luta.

Na quarta-feira da semana passada, tivemos uma coisa que nunca aconteceu. Tudo na saúde em Minas Gerais é consenso e tem a representação dos secretários municipais de saúde. Pela primeira vez eles se levantaram e saíram da Comissão Intergestora Bipartite Estadual. Sabem por quê? Porque existem 27 programas de parceria do governo do Estado com os municípios e todos estão atrasados. Inclusive a atenção básica para combater dengue, zika e chikungunya não recebe o pagamento do governo desde agosto. O atual secretário de Saúde, nosso colega deputado Sávio Souza Cruz, quando perguntado insistentemente e tensionado pelos secretários municipais, simplesmente respondeu a verdade, parando de encobrir a situação, o que já é muito bom. Perguntaram quando seriam pagos os atrasados. E ele falou: “Não sei. Depende do secretário de Fazenda”. E nós temos de realmente ir atrás do secretário de Fazenda.

Além disso, hospitais como o Mário Penna e todos os outros estão com um programa, feito há alguns anos, chamado Pro-Hosp, sem o qual o Mário Penna e a maioria dos grandes hospitais já teriam fechado muitas de suas alas, mas está atrasado. Então, vemos uma situação muito complicada.

Além disso, o sempre atento deputado de horário integral João Leite ainda nos lembra aqui que, em um projeto de reforma administrativa que teremos de votar talvez na semana que vem, encaminhado pelo governo em regime de urgência, existe uma proposta de criação de uma secretaria de saúde emergencial. Ficamos muito preocupados com isso porque o SUS tem que ter um comando único. O SUS é um grande programa. Não é aquela maravilha que foi colocada porque infelizmente os governos não fazem um financiamento adequado. O SUS foi inspirado em um programa do Reino Unido, mas lá o programa tem metas. Lá, uma pessoa tem que estar operada no máximo em 18 semanas, tem que ter qualquer tratamento no máximo em 18 semanas. Aqui nós temos filas de anos e anos, porque saúde não é prioridade para os nossos governos. Então, vamos ter que resistir até que o rolo compressor do governo crie outra secretaria de saúde, porque a única coisa que poderá fazer será retirar esforços únicos da saúde.

Faço este meu desabafo nesta noite que deveria ser apenas de alegria pelo grande trabalho que vocês do Mário Penna realizam e pela quantidade de vidas que salvam.

Hoje mesmo, Osmânio, os prefeitos e secretários de Saúde do Noroeste pediram ao Mário Penna para salvar as pessoas com câncer de cabeça e pescoço. Vocês já disseram para trazê-las aqui. Só não sabemos quem vai pagar, mesmo com a tabela do SUS. Isso ocorre em todo o Brasil. Belo Horizonte foi demandada pela secretaria de Saúde da capital federal, deputado João Leite. Ela não pode mais atender os doentes que fazem radioterapia pelo SUS. Estão pensando em trazer de ônibus os doentes de Brasília para serem atendidos aqui. Pasmem os senhores! Essa é a situação a que chegamos.

Pedimos desculpas por mencionar esses problemas aqui, mas é preciso que cada um os replique. A sociedade brasileira que vai às ruas por causa de R\$0,10 no preço de uma passagem ainda não está entendendo quantas pessoas não têm acesso ao SUS. Elas têm de pagar. Hoje é comum bingo, vaquinha para pagar atendimento. Se os governos colocassem um pouquinho mais no Hospital Mário Penna, ele atenderia mais e melhor. Façam suas doações!

Neste momento, passo a ler o pronunciamento do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalcleber Lopes, na reunião especial em homenagem aos 45 anos do Instituto Mário Penna, no dia 23/6/2016. (– Lê:) “Entre as homenagens prestadas por esta Casa a instituições que se destacam por sua importância social na vida dos nossos cidadãos, esta torna-se, sem dúvida, uma das mais dignas e merecidas”. O deputado Adalcleber Lopes tem sido um parceiro integral da Comissão de Saúde em suas lutas. Ele sempre disponibiliza os meios para a comissão poder trabalhar e é um interlocutor junto ao governo em várias situações. (– Lê:) “O Instituto Mário Penna, que chega aos 45 anos de atividade, representa um exemplo invejável de atuação, não apenas por constituir nosso mais respeitado centro oncológico. Seus dois hospitais, voltados para os pacientes do Sistema Único de Saúde, têm o suporte da Casa de Apoio Beatriz Ferraz, que oferece hospedagem e uma atenção especial aos pacientes carentes vindos do interior.



Municípios de todo o Estado têm recorrido ao Mário Penna, que também conta com um reconhecido núcleo de pesquisa, gerando grandes e contínuos avanços no campo de especialização dessa instituição. Lembrar aquele que lhe dá o nome torna-se imprescindível, pois o Dr. Mário Penna, um dos precursores no País do enfrentamento de uma doença então considerada um flagelo, faleceu antes de concretizar o objetivo de criar um hospital nos moldes que o instituto mantém e aperfeiçoa. Seus amigos, filiando-se a uma associação, levaram a luta adiante, sensibilizando a população de Belo Horizonte, e hoje, como resultado, todos nós nos orgulhamos de sua organização, referência nacional no quesito alta complexidade em oncologia.

Reverenciando a memória do inspirador dessa obra memorável, cumprimos a atual direção, seu corpo médico e demais funcionários, bem como os pacientes e ex-pacientes que construíram cada emocionante capítulo dessa história grandiosa. Muito obrigado. Deputado Adalclever Lopes”.

Nós vamos preparar este final de homenagem fazendo um pedido ao Laudívio Carvalho, que, junto com seu parceiro de partido, deputado Zé Silva, esteve hoje de manhã no Mário Penna. Os dois juntos destinaram, só do ano passado para este ano, quase 1,5 milhão em emendas individuais para lá. O deputado Diego Andrade também, sozinho, destinou cerca de 1,5 milhão. Ele teve câncer e tem essa sensibilidade. Esperamos que os senhores conduzam a bancada mineira para que ela ajude com alguma emenda de bancada ou individual, apesar de o governo federal atrasar o pagamento dessas emendas, neste momento de grande crise por que passa a sociedade.

Tenho certeza de que o deputado João Leite, da mesma maneira como nos sensibilizou diante da luta pelo Hospital Mário Penna, continuará a nos liderar, como faz sempre aqui, nesta Casa, para que possamos, no orçamento de 2016, contemplar essa obra de maneira mais efetiva, apesar de os deputados da oposição contarem apenas com R\$1.500.000,00 em emendas para distribuir às cidades onde são votados.

Sem sombra de dúvida, como o deputado João Leite sempre fala conosco, o Mário Penna é mais importante que alguns votos ou benefícios pequenos em algum lugar de Minas Gerais. Isso também é importante, mas o hospital atende a toda Minas Gerais, a 780 municípios – atende mais que a maioria das secretarias do Estado de Minas Gerais.

Parabéns ao Mário Penna!

### **Apresentação Musical**

O locutor – Convidamos os presentes para apreciar a apresentação do Coral Aprendizes do Mário Penna, que é composto por pacientes laringectomizados, que passaram por um procedimento que se caracteriza pela retirada da laringe para tratamento. O coral apresentará um *pot pourri* de *Eu só quero um xodó*, de Dominginhos, e *Anunciação*, de Alceu Valença. Em seguida, *Como é grande o meu amor por você*, de Roberto Carlos. Eles serão acompanhados por Juliana Boechat, fonoaudióloga; no teclado, Adriane Pedrosa, psicóloga; e pelo voluntário Sérgio Moragas, no violão.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Deputado João Leite, a gente vê aqui que a Dra. Maria Inez Pordeus Gadelha, responsável pelo combate ao câncer do ministério, fala que não autoriza a radioterapia por IMRT. Mesmo com todos os trabalhos no mundo dizendo que essa radioterapia poupa a laringe e a saliva – o ex-presidente da República pôde fazer o IMRT –, o SUS não a autorizará, porque não aumenta a sobrevida global. A qualidade de vida não importa para o Ministério da Saúde.

### **Encerramento**

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 28, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição de 28/6/2016.). Levanta-se a reunião.

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/3/2016**

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago e Carlos Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º, do art. 132, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as demandas e dificuldades da rede de unidades da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –, incluindo as colônias de tratamento de hanseníase, e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Mariah Brochado Ferreira, publicado no *Diário do Legislativo* em 25/2/2016. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ivone de Oliveira Rocha, Líder dos moradores de Ubá; Mônica Fernandes Abreu, ativista de direitos humanos e membro da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg; Dina Elisa Corrêa dos Santos, vice-presidente da Federação das Mulheres Mineiras; Marília Maia Coutinho, membro do Sisipsemg; e os Srs. Geraldo Antônio Henrique da Conceição, diretor político do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais – Sindpúblicos; Carlos Augusto Martins Passos, presidente da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg; Cláudio de Souza Pereira, diretor executivo, representando o presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil – Sindpol. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Doutor Jean Freire – Ricardo Faria – Glaycon Franco.

**ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/3/2016**

Às 14h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Rosângela Reis e o deputado Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a abertura do Hospital Regional Jaques Gonçalves Pereira, no Distrito de Cachoeira Escura, no Município de Belo Oriente, e o respectivo convênio de custeio com o Estado. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Renata Gomes, presidente do Conselho de Saúde do Hospital Infantil João Paulo II, encaminhando parecer e solicitando medidas para a resolução dos problemas do hospital. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a presença da deputada Celise Laviola e do deputado Antônio Carlos Arantes. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ana Augusta Pires Coutinho, superintendente de Redes de Atenção à Saúde, representando o secretário de Estado de Saúde; e os Srs. Wagner José Rodrigues Barbalho, superintendente Regional de Saúde de Coronel Fabriciano; José Carlos de Carvalho Gallinari, assessor de Relações Institucionais da Fundação São Francisco Xavier de Ipatinga, representando o diretor executivo; Pietro Chaves Filho, prefeito de Belo Oriente; Fábio Gomes Rosa, vice-presidente da Câmara Municipal de Belo Oriente; Delosmar Lopes de Aquino, secretário municipal de Saúde de Belo Oriente; Robson Fernandes Amâncio, Sebastião Faria, Rivaldo Martins Costa, Edmar Rosa Araújo, José Peres de Araújo, vereadores de Belo Oriente; e Bruno de Almeida Amaral, médico. A presidência concede a palavra ao deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão,

conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos nºs: 5.424, 5.425, 5.427, 5.429, 5.431, 5.432, 5.434, 5.435, 5.437, 5.439, 5.441, 5.444 a 5.450, 5.452 e 5.454 a 5.461/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Doutor Jean Freire.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/5/2016**

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a regularidade ambiental na reserva de água e a agricultura irrigada. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Manoela Gomes de Braga Ferreira, analista ambiental do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM –, representando a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e diretora-geral do Igam; e os Srs. Rodrigo Carvalho Fernandes, superintendente de Desenvolvimento Social e Ambiental da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o secretário; Guilherme da Silva Oliveira, analista ambiental da Assessoria de Meio Ambiente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg –, representando o presidente; Guilherme Gonçalves Rabelo, assessor de Política Agrícola e Engenheiro Agrônomo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, representando o presidente; Fúlvio Rodriguez Simão, pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig –, representando o presidente; e Ênio Resende de Souza, coordenador técnico Estadual da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, representando o presidente. O presidente como coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra aos demais coautores, deputados Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.986/2016, do deputado João Alberto, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.117/2015, que define a Política Agrícola para Florestas Plantadas no Estado;

nº 5.987/2016, dos deputados Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino e Nozinho, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Itabira para debater a agropecuária como alternativa de diversificação econômica para os municípios mineradores com base na atividade agrossilvipastoril;

nº 5.988/2016, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Fabiano Tolentino, Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.510/2016, que extingue a Fundação Rural Mineira – Ruralminas – e dá outras providências;

nº 5.989/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada visita, para a qual seja convidada a Comissão de Desenvolvimento Econômico, à Semana Internacional do Café, que ocorrerá de 21 a 23/9/2016, no Expominas, em Belo Horizonte;



nº 5.990/2016, do deputado Emidinho Madeira, em que requer seja ampliada a discussão da audiência pública no Município de Carmo do Rio Claro, agendada para o dia 30/5/2016, para debater e dar encaminhamentos à implantação do Programa de Melhoria da Qualidade Genética do Rebanho Bovino Mineiro, tendo em vista a possibilidade de implantação do programa nas regiões Sul e Sudoeste do Estado;

nº 5.992/2016, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja encaminhado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – e ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA – pedido de providências para que seja implementada uma reestruturação do instituto, aparelhando-o com recursos necessários ao cumprimento de sua missão;

nº 5.993/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja integrada a concessão de outorga de uso de recursos hídricos e autorização para intervenção em APP (art. 12 da Lei nº 20.922, de 2013, referente a interesse social) nos casos de agricultura irrigada, de forma a permitir pleno desenvolvimento dos empreendimentos rurais;

nº 5.994/2016, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam alocados recursos condizentes com as necessidades de prestação de serviços públicos de assistência técnica e extensão rural no Estado, conforme determinação da Lei nº 11.405, de 1994, que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento agrícola;

nº 5.995/2016, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja encaminhado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – e ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA – pedido de informações sobre a situação dos financiamentos via Crédito Fundiário, Banco da Terra e Cédula da Terra, no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário, bem como sobre as providências tomadas para resolver os problemas jurídicos que envolvem essas linhas de crédito;

nº 5.996/2016, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para que se avalie a concessão de isenção de ICMS, nos moldes da que ocorreu no Estado de São Paulo, para máquinas e equipamentos agrícolas;

nº 5.998/2016, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para que a Polícia Militar Ambiental seja dotada de atribuições e recursos suficientes para atuar como polícia de proteção ao homem do campo;

nº 5.999/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que sejam agilizadas a regulamentação e a implementação das medidas constantes da Lei nº 21.972, de 2016, que dispõe sobre o Sisema, e que sejam implementadas, nesse contexto, sistemas eletrônicos via internet para fins de recuperação ambiental.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente – Inácio Franco – Antônio Carlos Arantes.

### **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/6/2016**

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Fred Costa e Celinho do Sinttrocel (substituindo o deputado Ricardo Faria, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A



seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de Justiça, publicado no *Diário do Legislativo* em 26/5/2016, informando o encaminhamento do Ofício nº 970/2016/SGM à Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, para as providências cabíveis, em atenção ao Requerimento de Comissão nº 5.911/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.306/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, em que requerem seja encaminhado à Promotoria de Justiça Única da Comarca de Turmalina pedido de providências para que fiscalize o cumprimento da Lei nº 21.970, de 2016, nesse município;

nº 6.309/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, em que requerem seja encaminhado à Delegacia Especializada de Investigação de Crimes contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários, em Belo Horizonte, pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para apurar o crime ambiental, tipificado pelo art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998, ocorrido na madrugada do dia 7/5/2016, quando um homem foi flagrado abandonando um cavalo doente, que morreu após agonizar por várias horas;

nº 6.311/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Sr. Franklin Oliveira, protetor e ativista ambiental, pelo resgate e acolhimento de 22 cães e 8 gatos que eram tutelados por um idoso que residia no Bairro Concórdia e que faleceu;

nº 6.312/2016, dos deputados Noraldino Júnior, Fred Costa e Celinho Sinttrocel em que requerem seja realizada visita à Delegacia Especializada de Investigação de Crimes contra a Fauna, localizada em Belo Horizonte, para acompanhar os trabalhos desenvolvidos por esse órgão;

nº 6.313/2016, dos deputados Fred Costa, Noraldino Júnior e Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja encaminhado ao Centro de Controle de Zoonoses em Nova Serrana pedido de informações sobre a troca de animais realizada no dia 19/5/2016, especificando quais os critérios utilizados para a realização da permuta de um cão doente por um sadio e o que foi feito com o cão doente entregue pelo proprietário ao referido órgão.

nº 6.314/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, em que requerem seja encaminhado à Promotoria de Justiça de Nova Serrana pedido de providências para apurar irregularidades cometidas pelo Centro de Controle de Zoonoses em relação ao procedimento de adoção de um cão, no dia 19/5/2016, haja vista denúncia recebida de que, após adotado, ele teria sido amarrado e arrastado por vários quilômetros por seu tutor;

nº 6.315/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, em que requerem seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Nova Serrana pedido de informações sobre a possível ocorrência de crime ambiental, tipificado pelo art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998, em que um homem amarrou seu cachorro e o arrastou por algumas vias na cidade, no dia 19/5/2016, especificando se o dono do animal foi indiciado por crimes de maus-tratos;

nº 6.316/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, em que requerem seja encaminhado à 8ª Promotoria de Justiça em Betim pedido de providências para apurar as condições do canil municipal e fiscalizar as condições dos animais abrigados no local.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2016.

Noraldino Júnior, presidente – João Leite – Tiago Ulisses.

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/6/2016**

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM) e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Gil Pereira, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil (14/4/2016); do Sr. Alberto Angerami, diretor do Denatran (5/5/2016), da Sra. Adriana Augusta de Moura Souza, procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região (13/5/2016); da Coordenação-Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Federal de Terceiro Grau de Alfenas e da Sra. Francisca Isabel Ruela, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alfenas (26/5/2016) e do Sr. Caio Barros Cordeiro, chefe da Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (3/6/2016). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.337, 3.362, 3.394, 3.464, 3.465, 3.483 e 3.493/2016 (Celinho do Sinttrocel), 3.350, 3.352, 3.441, 3.442 e 3.485/2016 (Geisa Teixeira), 3.223 e 3.494/2016 (Gustavo Corrêa), e 3.343/2016 (Isauro Calais), todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 734, 2.129, 2.310 e 3.035/2015 e 3.213, 3.215, 3.236, 3.238, 3.272, 3.277, 3.337, 3.394 e 3.413/2016 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 951/2015 e 3.270/2016 (relator: deputado Gustavo Corrêa); 3.074 e 3.138/2015 e 3.178, 3.208, 3.217, 3.222, 3.237, 3.275, 3.350, 3.352, 3.435 e 3.422/2016 (relatora: deputada Geisa Teixeira) e 3.343/2016 (relator: deputado Isauro Calais) que receberam parecer por sua aprovação. Após discussão e votação nominal são aprovados com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.214, 3.362 e 3.422/2016 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.491 a 4.494, 4.837, 4.838 e 4.840/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 270, 1.664, 2.126, 2.183, 2.222, 2.317, 2.829, 3.113, 3.147 e 3.148/2015 e 3.183, 3.209, 3.210, 3.211, 3.212 e 3.245/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/6/2016**

Às 9h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Gil Pereira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a invasão do mexilhão-dourado na Bacia do Rio São Francisco, o qual provoca a obstrução de filtros de sistemas industriais e usinas hidrelétricas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Sônia Cordebelle, diretora de Proteção à Fauna do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Marcela David Carvalho, analista ambiental, e Vanessa Coelho Andrade, engenheira de Tecnologia e Inovação da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –,



representando o diretor-presidente da Cemig e também o presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – Abrage; Regina Márcia Pimenta de Mello, analista ambiental do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM –, representando a diretora-geral do Igam; Mônica Maria Vaz, analista ambiental, representando o superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis de Minas Gerais – Ibama – em Minas Gerais; e os Srs. Paulo Emílio Guimarães Filho, gerente da Divisão de Licenciamento Ambiental, representando a diretora-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG; Wagner Soares Costa, vice-presidente, representando o coordenador da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Edson Vieira Sampaio, biólogo, chefe da Unidade de Piscicultura de Três Marias, representando o presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf; Antônio Valadão Cardoso, coordenador do Centro de Bioengenharia de Espécies Invasoras de Hidrelétricas; Tales Heliodoro Viana, presidente do Conselho Regional de Biologia; e Fabiano Alcísio e Silva e Newton Pimentel de Ulhôa Barbosa, pesquisadores do Centro de Bioengenharia de Espécies Invasoras de Hidrelétricas. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2016.

Gil Pereira, presidente – Dilzon Melo – Arnaldo Silva.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/6/2016**

Às 10h45min, comparecem no Parque de Exposição Bolívar de Andrade (Parque da Gameleira) os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Nozinho e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a produção leiteira no Estado, durante a Megaleite 2016. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Bárbara Barroso Vieira, gerente técnica do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg –, representando Ronaldo Ernesto Scucato, presidente; e os Srs. Glênio Martins, presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater –, representando o Sr. João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Jônadan Hsuan Min Ma, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Girolando, Tales Almeida Pereira Fernandes, diretor técnico do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, representando o Sr. Bruno Rocha, diretor-geral substituto, Eduardo Pena, presidente da Comissão Técnica de Pecuária de Leite da *Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais* – Faemg –, Walisson Lara Fonseca, responsável pelo Programa Balde Cheio-Faemg, João Domingos, vice-presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Girolando, e Marcos Nunes, diretor de Política Agrícola da Faemg. O presidente, deputado Fabiano Tolentino, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra aos coautores, deputados Antônio Carlos Arantes, Emidinho Madeira e Nozinho. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente – Arlen Santiago – Mário Henrique Caixa.

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/6/2016**

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Tadeu Martins Leite, Antônio Jorge, Isauro Calais, Luiz Humberto Carneiro e Celise Laviola (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Marília Campos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: dos autores dos Projetos de Lei nºs 20, 24, 34, 257, 1.026, 1.263, 1.267, 1.404, 1.412, 1.413, 1.414, 1.457, 1.666, 1.907, 1.922, 2.218, 2.461, 2.793, 2.810, 2.827, 2.828, 2.918, 3.040, 3.073, 3.121, 3.135 e 3.141/2015, 3.189, 3.271 e 3.323/2016, encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento dos seguintes projetos de lei, dos quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: nºs 1.717 e 1.738/2015, no 1º turno, e 1.689, 1.705 e 2.559/2015, em turno único (deputado Antônio Jorge); 1.145, 1.215, e 1.728/2015, no 1º turno, e 1.206 e 2.561/2015, em turno único (deputado Bonifácio Mourão); 1.352, 1.678, e 1.802/2015, no 1º turno, e 1.115/2015, em turno único (deputado Cristiano Silveira); 1.761 e 1.797/2015, no 1º turno, 1.134, 2.577 e 2.587/2015, em turno único (deputado Isauro Calais); 667, 1.091, 1.262, 1.404, 1.666 e 2.504/2015, no 1º turno, e 1.075, 1.711 e 2.592/2015, em turno único (deputado Leonídio Bouças); 2.618/2015, no 1º turno, e 888, 1.676, 1.816 e 2.570/2015, em turno único (deputado Luiz Humberto Carneiro) e 1.326 e 1.693, no 1º turno, e 635, 641, 1.081, 1.282, 1.338 e 2.493/2015, em turno único (deputado Tadeu Martins Leite). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A seguir, são retirados de pauta por deliberação da comissão, a requerimento dos deputados mencionados entre parênteses, os Projetos de Lei nºs 1.470/2015 (deputado Luiz Humberto Carneiro), 3.083/2015 (deputado Tadeu Martins Leite) e 3.092/2015 (deputado Antônio Jorge). É aprovado requerimento do deputado Leonídio Bouças solicitando que o Projeto de Lei nº 1.829/2015 seja apreciado em primeiro lugar nesta fase. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.829/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Antônio Jorge, em virtude de redistribuição. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 51/2016 na forma do Substitutivo nº 1. Retira-se da reunião a deputada Celise Laviola e o deputado Antônio Jorge e registra-se a presença do deputado Sargento Rodrigues. O parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 52/2016, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças. Retira-se da reunião o deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 164/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças), 540/2015 (relator: deputado Isauro Calais) e 3.303/2016 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 257/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição) e 3.166/2015, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças). São convertidos em diligência aos secretários de Estado de Fazenda e de Saúde o Projeto de Lei nº 677/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Bom Despacho o Projeto de Lei nº 3.520/2016 (relator: deputado Isauro Calais) e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Aimorés o Projeto de Lei nº 3.532/2016 (relator: deputado Tadeu Martins Leite, em virtude de redistribuição). Retira-se da reunião o deputado Isauro Calais e registra-se a presença do deputado Cristiano Silveira. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.539/2016 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição). É convertido em



diligência ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Manhuaçu o Projeto de Lei nº 3.561/2016 (relator: deputado Cristiano Silveira). Registra-se a presença do deputado Isauro Calais. São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 3.563/2016 (relator: deputado Isauro Calais), 3.573/2016 (relator: deputado Cristiano Silveira) e 3.575/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças). Retira-se da reunião o deputado Isauro Calais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 737/2015 e 3.550, 3.558 e 3.567/2016 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 1.293/2015, 3.484 e 3.501/2016, esse com a Emenda nº 1, e 3.526, 3.534, 3.547, 3.556 e 3.574/2016 (relator: deputado Tadeu Martins Leite, sendo os dois primeiros e do quarto ao sétimo em virtude de redistribuição); 1.763/2015, esse com a Emenda nº 1, e 3.544 e 3.554/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças); 2.794/2015 e 3.536, 3.541 e 3.576/2016 (relator: deputado Cristiano Silveira). Registra-se a presença do deputado Isauro Calais. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.553/2016 (relator: deputado Isauro Calais). Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos que solicitam pedidos de informações, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.523, 3.535, 3.538, 3.543, 3.551, 3.557, 3.564, 3.572 e 3.579/2016, para que os processos sejam instruídos com a documentação necessária a sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – Antônio Jorge – Cristiano Silveira – Isauro Calais – Tadeu Martins Leite – Dalmo Ribeiro Silva.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/6/2016**

Às 14h21min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Arlen Santiago (substituindo o deputado Nozinho, por indicação da liderança do BVC) e Mário Henrique Caixa (substituindo o deputado Inácio Franco, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.494/2016, dos deputados Fabiano Tolentino, Antônio Carlos Arantes, Inácio Franco e Fábio Avelar Oliveira, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para aumentar o efetivo de policiais militares e civis na Região Centro-Oeste – 7ª Região, tendo em vista o aumento da criminalidade na região, em especial na zona rural.

nº 6.497/2016, dos deputados Fabiano Tolentino, Antônio Carlos Arantes, Fábio Avelar Oliveira e Inácio Franco, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado, ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para aumentar os recursos financeiros e melhorar a estrutura de trabalho das Polícias Militar e Civil na Região Centro-Oeste – 7ª Região, bem como criar uma delegacia especializada em crimes rurais na região.

nº 6.505/2016, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com as entidades representativas dos servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária – Ima – e o governo do Estado, o papel e a importância desse instituto nos cenários estadual e nacional, o plano de carreira dos servidores, bem como a parte da

Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional – Gedima – que depende da publicação de decreto pelo governo do Estado.

nº 6.511/2016, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Antônio Carlos Arantes, Fred Costa, Fabiano Tolentino e Arlen Santiago, em que requerem sejam encaminhadas às Secretarias de Estado de Governo – Segov –, de Planejamento e Gestão – Seplag –, de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e de Desenvolvimento Agrário – Seda – as notas taquigráficas da reunião conjunta da Comissão de Agropecuária e Agroindústria e de Assuntos Municipais e Regionalização ocorrida no dia 22/6/2016, que teve por finalidade debater o Projeto de Lei nº 3.510/2016, que extingue a Fundação Rural Mineira – Ruralminas – e dá outras providências.

nº 6.513/2016, dos deputados Fabiano Tolentino, Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Arlen Santiago e Fred Costa, em que requerem seja encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa a nota técnica elaborada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento referente à relevância estratégica da Fundação Rural Mineira – Ruralminas –, para fins de subsidiar a tramitação do Projeto de Lei nº 3.510/2016, que dispõe sobre a extinção dessa fundação.

nº 6.516/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada reunião com convidados para ouvir explicação do secretário de Estado de Fazenda sobre o cumprimento do orçamento estadual de 2016 e os impactos do adiamento até o final do ano do não pagamento da dívida de Minas com o governo federal; e seja uma parte dos recursos economizados usada prioritariamente para quitar os restos a pagar da Secretaria de Estado de Saúde, aplicando-se o restante em produção de alimentos, na agricultura e na Emater.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente – Inácio Franco.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/6/2016**

Às 14h19min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Wander Borges, Gustavo Valadares e João Leite (substituindo, respectivamente, o deputado Felipe Attiê e o deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Vítor Xavier. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil e Relações Institucionais, publicado no *Diário do Legislativo* em 3/6/2016. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.479/2016, em turno único, do qual designou como relator o deputado Fábio Avelar de Oliveira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.143/2015 e 3.368/2016 (relator: deputado Roberto Andrade); 3.198 e 3.379/2016, este com a emenda nº 1 (relator: deputado Felipe Attiê), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.743 e 4.856/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.495/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para debater a retomada do antigo projeto Salitre pela Vale Fertilizantes, o qual vai atrair aportes da ordem de R\$1.000.000,00 para as regiões de Patrocínio e Araxá, no Alto Paranaíba;



nº 6.496/2016, do deputado Felipe Attiê, em que requer seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – pedido de providências para disponibilizar cópia da ata da reunião do Conselho da Codemig que autorizou o aporte de R\$146.900.000,00 na compra de ações do Banco Mercantil de Investimento S.A., cópia do estatuto social e das normas de procedimento da empresa, bem como de toda a documentação que justifique e dê credibilidade à operação;

nº 6.498/2016, do deputado Fábio Avelar Oliveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana – Sindinova – pela inauguração de seu Centro de Promoções de Negócios;

nº 6.499/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao presidente interino da República pedido de providências para suspender os impostos PIS e Cofins (11,75%) do milho importado, com vistas ao enfrentamento da crise causada pela alta do preço desse cereal;

nº 6.500/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para suspender a cobrança de ICMS do milho importado pelo porto de Vitória (ES), até a colheita da safra 2016-2017, em vista da escassez do grão para o segundo semestre e do enfrentamento da crise causada pela alta do preço desse cereal;

nº 6.501/2016, dos deputados Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado do Espírito Santo pedido de providências para suspender a cobrança de ICMS do milho importado pelo porto de Vitória (ES), até a colheita da safra 2016-2017, em vista da escassez do grão para o segundo semestre e do enfrentamento da crise causada pela alta do preço desse cereal;

nº 6.503/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para retirar o regime de urgência do Projeto de Lei nº 3.503/2016, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado;

nº 6.504/2016, dos deputados João Leite, Gustavo Valadares, Carlos Pimenta, Antônio Jorge, Felipe Attiê e Wander Borges, em que requerem seja realizada audiência pública, em caráter de urgência, para debater a proposta de extinção do Departamento Estadual de Obras Públicas – Deop – e a absorção de suas atribuições pelo Departamento de Estradas de Rodagem – DER-MG – conforme o disposto nos Projetos de Lei nºs 3.503 e 3.509/2016;

nº 6.506/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino, em que requerem seja realizada visita ao 8º Canacampo Tech Show, no Município de Campo Florido, para participar do maior evento mineiro do setor sucroenergético, e seja convidada a Comissão de Agropecuária e Agroindústria;

nº 6.507/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as relações comerciais, industriais e econômicas de Israel com o Brasil, especialmente com o Estado;

nº 6.508/2016, do deputado Tadeu Martins Leite, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.601/2016, que dispõe sobre as terras devolutas estaduais e dá outras providências.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Felipe Attiê.

**ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/6/2016**

Às 16h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Dirceu



Ribeiro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a proceder, em audiência de convidados, à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Sra. Márcia Maria Rennó Cintra e familiares, por ocasião do centenário de nascimento do ex-deputado estadual Euclides Pereira Cintra; e a receber e votar requerimentos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Inez Cintra Carvalho Leite e Márcia Maria Rennó Cintra, filhas do homenageado; e os Srs. Hero Rennó Pereira Cintra, José Kepler Rennó Cintra e Wander Rennó Cintra, filhos do homenageado, e Welber Braga Rennó Cintra, neto do homenageado, representando Welber Rennó Pereira Cintra, filho do homenageado. O presidente, autor do requerimento que deu origem à reunião, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2016.

João Magalhães, presidente – Tadeu Martins Leite – Dalmo Ribeiro Silva – Agostinho Patrus Filho.

#### **ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/6/2016**

Às 18h21min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Tadeu Martins Leite, Antônio Jorge e Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Arlete Magalhães e o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Leonídio Bouças, sobre o Projeto de Lei nº 3.515/2016, no 1º turno, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – Tadeu Martins Leite – Cristiano Silveira – Isauro Calais – Sargento Rodrigues.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2016**

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Cristiano Silveira e Carlos Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.831/2015, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cristiano Silveira). Registra-se a presença do deputado Duarte Bechir. Passa-se à



3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.563/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação envolvendo supostas arbitrariedades cometidas por parte de servidores do presídio de Governador Valadares quando ocorreu a prisão de secretários da Prefeitura deste município, no dia 12/4/2016;

nº 6.564/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater os fatos relacionados à denúncia apresentada pelo Sr. Rondinele Matias Silva, advogado, sobre a conduta de policiais militares no Município de Três Corações;

nº 6.565/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Corregedoria da Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds – pedido de providências para averiguar a situação do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto no que se refere às denúncias de más condições na infraestrutura local e restrição de direitos das presas.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir a Sra. Cida Martins. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2016.

Cabo Júlio, presidente.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2016**

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Geisa Teixeira e Ione Pinheiro (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BVC) e o deputado Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.006 a 5.008, 5.013 a 5.015, 5.023 e 5.024/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.566/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública em Contagem para debater a mudança dos limites territoriais do Bairro São Luiz, entre Contagem e Betim;

nº 6.567/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a privatização das estradas do Estado, a partir do segundo semestre de 2016;

nº 6.568/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizado debate público sobre arquitetura e urbanismo e a legislação pertinente no Estado;

nº 6.569/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o corte no fornecimento de alimentos, frutas e verduras para as creches comunitárias de Belo Horizonte;

nº 6.570/2016, do deputado Wander Borges, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação das pessoas que moram à margem da MG-5 (BR-262), nas imediações do Bairro Nações Unidas, em Sabará;

nº 6.571/2016, da deputada Geisa Teixeira, em que requer seja realizada audiência pública para debater, em Capitólio, a situação de impasse em que se encontram a comunidade desse município e o Ministério Público Federal no que se refere à ocupação das margens do Lago de Furnas;

nº 6.572/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre se as adjunções dos profissionais especializados no Centro Educativo Cândida Cabral serão prorrogadas até o dia 31/12/2016, permitindo que essa instituição tenha tempo suficiente para regularizar sua situação funcional.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2016.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2016**

Às 17h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC) e Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Administração Pública; os deputados Tiago Ulisses, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), João Magalhães (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BMM) e Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os deputados Leonídio Bouças, Duarte Bechir e Cristiano Silveira. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições das comissões. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado João Magalhães, na Comissão de Administração Pública, sobre o Projeto de Lei nº 3.510/2016, no 1º turno, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros para a próxima reunião conjunta dessas comissões que se realizará amanhã, dia 30/6, às 14h15min para apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.510/2016, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2016.

João Magalhães, presidente – Tiago Ulisses – André Quintão – Cabo Júlio – Cristiano Silveira.

#### **ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2016**

Às 17h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Carlos Pimenta (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), Leonídio Bouças e Tadeu Martins Leite (substituindo os deputados Paulo Guedes e Cabo Júlio, respectivamente, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Duarte Bechir e Cristiano Silveira. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar



proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.509/2016, no 1º turno, é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. O presidente determina a distribuição em avulso dos pareceres do Projeto de Lei Complementar nº 52/2016, e dos Projetos de Lei nºs 3.504 a 3.507, 3.511 e 3.515/2016, que concluem pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 3.507/2016, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 2, dos quais é o relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.022/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária amanhã, dia 30/6/2016, às 15 horas, para apreciar o parecer do Projeto de Lei nº 3.513/2016 e receber, discutir e votar proposição da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2016.

João Magalhães, presidente – Cabo Júlio – André Quintão – Tiago Ulisses.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, André Quintão, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 4/7/2016, às 9 horas e às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.511 e 3.515/2016, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2016.

Tiago Ulisses, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Conjuntas das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, André Quintão, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Tito Torres, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e as deputadas Cristina Corrêa, Geisa Teixeira e Marília Campos e os deputados Agostinho Patrus Filho, Anselmo José Domingos, Antônio Carlos Arantes, Antônio Jorge, Arlen Santiago, Bosco, Carlos Pimenta, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Cristiano Silveira, Deiró Marra, Douglas Melo, Doutor Jean Freire, Duarte Bechir, Durval Ângelo, Elismar Prado, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Fred Costa, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Inácio Franco, João Alberto, João Leite, João Magalhães, Leonídio Bouças, Missionário Marcio Santiago, Paulo Lamac, Roberto Andrade, Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Wander Borges, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do art. 204 do Regimento Interno –, para as reuniões a serem realizadas em 4/7/2016, às 10h30min, às 14h30min e às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 3.542/2016, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2016.

Tiago Ulisses, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, André Quintão, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 4/7/2016, às 11 horas e às 17h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.504, 3.505, 3.506 e 3.507/2016, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2016.

Tiago Ulisses, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, André Quintão, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 4/7/2016, às 11h30min e às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.513/2016, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2016.

Tiago Ulisses, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Comissão de Redação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Léo Portela, Cássio Soares, Dilzon Melo e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 5/7/2016, às 9h30min, às 14h30min e às 20 horas na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2016.

Gilberto Abramo, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.267/2015****Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária****Relatório**

De iniciativa do deputado Durval Ângelo, a proposição sob comento dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Doce os imóveis que especifica.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para receber parecer, nos termos do art. 188 do Regimento Interno.

A matéria foi apreciada preliminarmente pela Comissão de Constituição, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a este órgão colegiado a fim de receber parecer quanto à possível repercussão financeira, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, do Regimento Interno.



### Fundamentação

A proposição em análise, em seu art. 1º, desafeta dois terrenos situados na localidade denominada São José de Entre Montes, na zona rural do Município de Rio Doce, sendo um com 2.100m<sup>2</sup>, registrado sob o nº 36.534, a fls. 287 do Livro 3-R, e outro com 1.250m<sup>2</sup>, registrado sob o nº 36.602, a fls. 4 do Livro 3-S, ambos no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Nova.

Já o seu art. 2º autoriza o Poder Executivo a doar os referidos imóveis ao Município de Rio Doce; e o art. 3º estabelece que, se o donatário não der aos bens a finalidade prevista no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, eles reverterão ao patrimônio do Estado.

Cabe esclarecer que tais terrenos foram doados por particular ao Estado, em 1967, sendo um para a construção de escola pública e o outro, sem destinação prevista. De acordo com o autor do projeto, em função da nucleação das escolas, os imóveis encontram-se atualmente desocupados. Em decorrência disso, fazem parte do conjunto de bens do Estado denominados dominicais ou dominiais, que não possuem afetação pública, razão pela qual podem ser objeto do comércio jurídico de direito privado.

De acordo com a Comissão de Constituição e Justiça, “em decorrência disso, o projeto de lei em exame deve autorizar o Poder Executivo a fazer a doação dos bens ao Município de Rio Doce, sem necessidade de declarar sua desafetação”. Por isso, esse órgão colegiado apresentou o Substitutivo nº 1, com a finalidade de suprimir a desnecessária desafetação dos imóveis e adequar o texto à técnica legislativa.

Com relação à transferência da titularidade de bens públicos, as regras básicas constam no art. 18 da Constituição do Estado, que exige avaliação prévia, autorização legislativa e licitação para a alienação de imóveis. O dispositivo excepciona a exigência de processo licitatório quando se tratar de doação e permuta, na forma da lei.

Como bem ressaltou a Comissão de Constituição e Justiça, o inciso I do art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências, exige, para alienação de bens imóveis, autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta no caso de doação.

Essa norma determina, ainda, a subordinação da transferência ao interesse público, o que pode ser observado no parágrafo único do art. 2º da proposição, que prevê a utilização dos imóveis para o desenvolvimento de programas de interesse social, a fim de diminuir o *deficit* habitacional do município, o que beneficiaria especialmente o segmento menos favorecido da população.

Solicitada a se manifestar sobre a viabilidade da medida proposta, a Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais enviou a Nota Técnica nº 27/2016, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, declarando-se favorável às pretendidas transferências de domínio. Já a Secretaria de Estado de Educação, órgão a que os bens estão vinculados, não se opõe à alienação para o Município de Rio Doce, uma vez que não possui projeto para a utilização dos terrenos na rede estadual de ensino e que a destinação proposta está de acordo com o interesse da população local.

No que tange à competência deste órgão colegiado, cabe-nos esclarecer que a autorização legislativa para a alienação de bem público é exigência também da Lei Federal nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. No § 2º de seu art. 105, essa norma estabelece que a movimentação dos valores pertencentes ao ativo permanente do Tesouro só pode ser realizada com a referida autorização. Assim sendo, a proposição atende aos preceitos legais que versam sobre a transferência de domínio de bens públicos.

Ressalte-se que o projeto, por tratar de alienação de bem público na modalidade de doação, não acarreta despesas para o erário e não gera repercussão na execução da lei orçamentária do Estado.



### Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.267/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2016.

Tiago Ulisses – presidente – Arnaldo Silva, relator – André Quintão – Sargento Rodrigues.

## PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.504/2016

### Comissão de Administração Pública

#### Relatório

De autoria do governador do Estado e encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 129/2016, o projeto de lei em análise “dispõe sobre a extinção do Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais – Detel-MG – e dá outras providências.”

A proposição foi examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Nos termos do Regimento Interno, compete a esta comissão realizar a análise de mérito da proposta.

#### Fundamentação

Pode-se dizer que uma reforma administrativa consiste na revisão da estrutura organizacional de dada entidade pública ou privada, de modo a aperfeiçoar seus procedimentos a fim de que possa atender, com mais eficiência e eficácia, aos objetivos institucionais.

Sem dúvida, essa é a pretensão que se retrata na proposta em exame, cujo art. 1º autoriza o Poder Executivo a extinguir o Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais – Detel-MG –, instituído pela Lei nº 10.827, de 23 de julho de 1992. As finalidades do Detel-MG serão absorvidas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, observados os procedimentos para a transferência das autorizações para a execução dos serviços de retransmissão de televisão e de repetição de televisão.

Nos termos do art. 2º da proposição, a extinção formaliza-se por decreto e observa as seguintes diretrizes: a Seplag sucederá o Detel-MG nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações; serão transferidos para a Seplag os arquivos e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelo Detel-MG até a data da extinção a ser formalizada por decreto, procedendo-se, quando necessário, às adequações, às ratificações, às renovações ou ao apostilamento; os bens móveis que constituem o patrimônio do Detel-MG reverterão ao patrimônio da Seplag; e os bens imóveis que constituem o patrimônio do Detel-MG reverterão ao patrimônio do Estado, cabendo à Secretaria de Estado de Fazenda os atos necessários à sua destinação.

O art. 3º do projeto autoriza o Poder Executivo a transpor, remanejar, transferir, excluir ou utilizar, total ou parcialmente, programas, ações, metas, indicadores, bem como as dotações orçamentárias, a fim de viabilizar a compatibilização do planejamento e do orçamento com as alterações previstas na proposição.

Já o art. 4º acrescenta ao art. 1º da Lei nº 15.470, de 13 de janeiro de 2005, os incisos XIII, XIV e XV, incluindo os cargos de Auxiliar Administrativo de Telecomunicações, Assistente Administrativo de Telecomunicações e Gestor de Telecomunicações como pertencentes às carreiras do Grupo de Atividades de Gestão, Planejamento, Tesouraria e Auditoria e Político-Institucionais do Poder Executivo, cargos estes que, por força do art. 5º, serão lotados na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.

O art. 6º da proposição altera o art. 11 da Lei nº 15.470, de 2005, para prever que também não haverá ingresso nas carreiras de Auxiliar Administrativo de Telecomunicações, Assistente Administrativo de Telecomunicações e Gestor de



Telecomunicações, estabelecendo ainda, em seu parágrafo único, que não só estes, mas todos os demais cargos referidos no *caput* do art.11 serão extintos com a vacância.

Os arts. 7º, 8º e 9º alteram os Anexos I, II e III da Lei nº 15.470, de 2005, e o art. 10 acrescenta item ao Anexo X da Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005, adequando tais anexos à nova lotação dos cargos das carreiras de Auxiliar Administrativo de Telecomunicações, Assistente Administrativo de Telecomunicações e Gestor de Telecomunicações perante a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.

O art. 11 do projeto em exame prevê a transferência para a Secretaria de Estado Planejamento e Gestão – Seplag – dos cargos das carreiras de Auxiliar Administrativo de Telecomunicações, Assistente Administrativo de Telecomunicações e Gestor de Telecomunicações, a que se referem os incisos XVII, XVIII e XIX do art. 1º da Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005, que se encontram lotados, na data de publicação da futura lei, na Fundação Cultural e Educativa TV Minas. O parágrafo único do referido artigo prevê também a transferência para a Seplag dos servidores ocupantes dos cargos bem como os detentores de função pública a que se refere o *caput*, lotados na Fundação Cultural e Educativa TV Minas na data de publicação da lei.

Outrossim, o art. 12 permite que os servidores anteriormente citados sejam cedidos a outro órgão ou entidade da administração direta ou indireta do Poder Executivo, sem prejuízo da remuneração do seu cargo efetivo ou função pública a que fizer jus na data de publicação da pretendida lei.

Por sua vez, o art. 13 transforma em 41,72 unidades de DAD-unitário, de que trata o art. 2º da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, os seguintes cargos, constantes no item V.4 do Anexo V da Lei Delegada nº 175, de 2007, considerados os remanejamentos e as alterações efetuados nos termos dos arts. 14 e 24 da referida Lei Delegada: I - cargos da Administração Superior: a) um cargo de Diretor-Geral; b) um cargo de Diretor; II – cargos do Grupo de Direção e Assessoramento da Administração Autárquica e Fundacional do Poder Executivo – DAI: a) um DAI-4; b) três DAI-10; c) dois DAI-13; d) um DAI-20.

De acordo com o art. 14, os quantitativos transformados nos termos do art. 13 da proposição serão identificados e terão sua destinação estabelecida em decreto.

Por fim, a proposição objetiva revogar várias leis, quais sejam: Lei nº 1.435, de 30 de janeiro de 1956; Lei nº 4.277, de 4 de novembro de 1966; Lei nº 5.792, de 8 de outubro de 1971; Lei nº 8.502, de 19 de dezembro de 1983; arts. 3º, 4º e 6º da Lei Delegada nº 27, de 28 de agosto de 1985; Lei nº 9.523, de 29 de dezembro de 1987; Lei nº 9.591, de 9 de junho de 1988; Lei nº 10.227, de 12 de julho de 1990; Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 1990; Lei nº 10.473, de 5 de junho de 1991; Lei nº 10.623, de 16 de janeiro de 1992; Lei nº 10.624, de 16 de janeiro de 1992; Lei nº 10.632, de 16 de janeiro de 1992; Lei nº 10.636, de 16 de janeiro de 1992; art. 5º da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992; Lei nº 10.827, de 23 de julho de 1992; Lei nº 10.933, de 24 de novembro de 1992; art. 3º da Lei nº 11.173, de 3 de agosto de 1993; Lei nº 11.176, de 6 de agosto de 1993; Lei nº 11.474, de 26 de maio de 1994; arts. 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 7º, 8º da Lei nº 11.661, de 5 de dezembro de 1994; Lei nº 11.714, de 26 de dezembro de 1994; Lei nº 11.861, de 25 de julho de 1995; Lei nº 11.962, de 30 de outubro de 1995; Lei nº 12.158, de 23 de maio de 1996; Lei nº 12.159, de 27 de maio de 1996; Lei nº 12.168, de 29 de maio de 1996; Lei nº 12.170, de 29 de maio de 1996; Lei nº 12.221 de 1º de julho de 1996; Lei nº 12.218, de 27 de junho de 1996; Lei nº 12.350, de 18 de novembro de 1996; Lei nº 13.961, de 27 de julho de 2001; art. 20 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003; os incisos XVII, XVIII e XIX do art. 1º, as alíneas “d”, “e” e “f” do inciso III do art. 3º, os itens I.1.7, I.1.8 e I.1.9 do Anexo I, os itens II.1.7, II.1.8 e II.1.9 do Anexo II e as linhas relativas às carreiras de Auxiliar Administrativo de Telecomunicações, Assistente Administrativo de Telecomunicações e Gestor de Telecomunicações, constantes na tabela do item III.1 do Anexo III da Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005; os itens VII.I.7, VII.I.8 e VII.I.9 do Anexo VII da Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005; os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º, 11, 12, 13, 14, 15, 16 da Lei nº 16.192, de 23 de junho de 2006; o item V.4 do Anexo V da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007; os arts. 1º, 2º e 9º da Lei nº 17.356, de 18 de janeiro de 2008; a Lei nº 18.804, de 31 de março de 2010; o art. 29 da Lei nº 19.973, de 27 de dezembro de 2011; a Lei nº 20.307, de 27 de julho de 2012; a Lei nº 20.312, de 27 de julho de 2012; os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 21.078, de 27 de dezembro de 2013.



A Comissão de Constituição e Justiça cuidou, no Substitutivo nº 1, de promover os ajustes que a proposta requeria, de modo que nos resta apenas exaltar as providências tomadas, as quais racionalizam o exercício de funções outrora cometidas a entidade autônoma que agora haverá de desaparecer. Embora tenha prestado relevantes serviços ao Estado, pode o Detel perfeitamente incorporar-se a órgão já existente, com posição destacada na estrutura organizacional da administração direta, sendo certo que daí em diante as atribuições repassadas à Seplag, em decorrência de tal incorporação, decerto serão desempenhadas em fina sintonia com as diretrizes de governo delineadas pelo Poder Executivo.

Por fim, reitere-se, como já dito pela citada Comissão de Constituição e Justiça, que caberá à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária analisar os aspectos da proposta que se relacionam com a oportunidade e a conveniência da pretensão de se autorizar o Poder Executivo a transpor, remanejar, transferir, excluir ou utilizar, total ou parcialmente, programas, ações, metas, indicadores e, em especial, as dotações orçamentárias pertinentes à autarquia extinta.

### Conclusão

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.504/2016 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2016.

João Magalhães, presidente e relator - André Quintão – Tiago Ulisses – Carlos Pimenta.



## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 54º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/3/2016, em Ituiutaba, que resultou na apreensão de cinco tabletes de maconha e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 4.201/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 21ª Companhia Independente da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/3/2016, em Ponte Nova, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, drogas e balanças de precisão e na detenção de cinco pessoas (Requerimento nº 4.202/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 2ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/3/2016, em Contagem, que resultou na apreensão de dois menores, armas de fogo e drogas (Requerimento nº 4.203/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 19/3/2016, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de três menores, drogas, cigarros, celulares, caderno com informações de compra e venda de drogas, materiais para embalar drogas e quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 4.204/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 2ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/3/2016, em São Joaquim de Bicas, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição (Requerimento nº 4.205/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 7ª Companhia Independente da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/3/2016, em São Joaquim de Bicas, que resultou na prisão de uma quadrilha que furtou um supermercado em Pará de Minas (Requerimento nº 4.206/2016, do deputado Cabo Júlio);



de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 9º Batalhão de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/3/2016, em Uberlândia, que resultou na apreensão de drogas, celular, balança de precisão e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 4.207/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 23º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 24/3/2016, em Divinópolis, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 4.226/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 9º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 24/3/2016, em Barbacena, que resultou na apreensão de granadas de gás lacrimogêneo, arma de fogo, drogas e veículo e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 4.227/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 15º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 25/3/2016, em Patos de Minas, que resultou na apreensão de quantia em dinheiro, munição e drogas e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 4.228/2016, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso ao Comando-Geral da PMMG pela atuação respeitosa aos direitos humanos do Cel. PM Aroldo Pinheiro de Araújo, comandante da 15ª Região da Polícia Militar, em Teófilo Ottoni, no processo de despejo das famílias do Acampamento Aurora, no Município de Jequitinhonha (Requerimento nº 4.600/2016, da Comissão de Participação Popular);

de congratulações com o Hospital Arnaldo Gavazza pelo aniversário de 40 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.664/2016, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com o Grupo Cabo Verde – Agricultura e Pecuária – Fazenda Santa Luzia pela excelente atuação na agricultura e pecuária de Minas Gerais, sobretudo na pecuária leiteira, em que foram pioneiros na criação de gado girolando em Minas e no País (Requerimento nº 4.675/2016, do deputado Emidinho Madeira);

de congratulações com a Sra. Alessandra Sampaio Faria de Souza pela reeleição como presidente da Ascomcer e por sua exemplar gestão à frente dessa entidade (Requerimento nº 4.707/2016, do deputado Noraldino Júnior);

de congratulações com a Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM – pelos 112 anos de operação (Requerimento nº 4.711/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a comunidade de Arceburgo pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.748/2016, da deputada Geisa Teixeira);

de congratulações com a comunidade de Cristais pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.749/2016, da deputada Geisa Teixeira);

de congratulações com a comunidade de Divinópolis pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.750/2016, da deputada Geisa Teixeira);

de congratulações com a comunidade de Guaxupé pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.752/2016, da deputada Geisa Teixeira);

de congratulações com a comunidade de Itamoji pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.753/2016, da deputada Geisa Teixeira);

de congratulações com a comunidade de São João Batista do Glória pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.755/2016, da deputada Geisa Teixeira);

de congratulações com a comunidade de São João Batista do Glória pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.755/2016, da deputada Geisa Teixeira);

de congratulações com o Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas Gerais – Silemg – pelo estímulo à conscientização da população sobre a importância do consumo de leite, promovendo a Blitz do Leite na comemoração do Dia Mundial do Leite, em 1º de junho (Requerimento nº 4.810/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes);



de congratulações com o Sr. Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte, por vetar o projeto de lei que poderia gerar a implantação da dupla função, com os motoristas de ônibus exercendo também o papel de cobrador (Requerimento nº 4.837/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o jornal *O Tempo* pelo editorial “Um ato de bom senso”, publicado na edição de 27/5/2016 (Requerimento nº 4.838/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Sra. Gláucia Vandeveld, atriz, pelo seu brilhante trabalho (Requerimento nº 4.839/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Chapa 2 – De Olho na Cemig Saúde, por vencer a eleição para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Cemig Saúde (Requerimento nº 4.840/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a comunidade de Juiz de Fora pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.841/2016, do deputado Dirceu Ribeiro);

de congratulações com o jornal *O Tempo* e com a sra. Luciana Romagnolli, crítica de arte, pela publicação da matéria *Uma artista do seu tempo* (Requerimento nº 4.849/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a comunidade de Rio Espera pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.851/2016, do deputado Glaycon Franco);

de congratulações com a comunidade de São Pedro dos Ferros pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.852/2016, do deputado Glaycon Franco);

de congratulações com a Unimed Norte de Minas pelos seus 45 anos (Requerimento nº 4.871/2016, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com o Sr. César Romero Giovanini pelos 40 anos de carreira no jornalismo (Requerimento nº 4.884/2016, da Comissão de Cultura);

de congratulações com o Sr. Luis Fernando de Sousa e com o pastor Márcio Valadão pela reforma do grande auditório do Anexo I do Presídio Antônio Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves (Requerimento nº 4.896/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 229ª Cia. TM/48º BPM, pela atuação na ocorrência em 8/6/2016, em Ibitité, que resultou na apreensão de uma motocicleta, drogas, objetos diversos e na prisão de uma pessoa (Requerimento nº 4.930/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 14ª Companhia/49º BPM, 15ª Companhia/49º BPM e 228ª Companhia TM/49º BPM, pela atuação na ocorrência em 8/6/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão um veículo roubado, um simulacro de arma de fogo e na prisão de duas pessoas (Requerimento nº 4.931/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 127ª Companhia/22º BPM, pela atuação na ocorrência em 8/6/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, munição, quantia em dinheiro, objetos diversos e na prisão de quatro pessoas (Requerimento nº 4.932/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a comunidade de Bambuí pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.944/2016, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Canápolis pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.945/2016, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Fronteira pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.946/2016, do deputado Bosco);



de congratulações com a comunidade de Iturama pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.947/2016, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Araguari pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.948/2016, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Conquista pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.949/2016, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Rio Paranaíba pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.950/2016, do deputado Bosco);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 229ª Companhia TM/48º BPM, pela atuação na ocorrência em 12/6/2016, em Ibirité, que resultou na apreensão de objetos de valor, drogas e material usado para dolagem de drogas (Requerimento nº 4.953/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que menciona, lotados no Departamento Estadual de Combate ao Narcotráfico, pela atuação na ocorrência, em 31/5/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas e na prisão de 18 pessoas (Requerimento nº 4.954/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 48ª Cia. TM do 44º BPM, pela atuação na ocorrência em 14/6/2016, em Joáima, que resultou na apreensão de carregadores de arma de fogo, munição, armas de fogo, drogas e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 4.959/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a comunidade de Andrelândia pelo aniversário desse município (Requerimento nº 4.964/2016, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 1ª e na 2ª Cias. Rotam/9º Batalhão de Missões Especiais, pela atuação na ocorrência em 13/6/2016, em Prata, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro, cheque, veículo, objetos de valor e manuscrito com contabilidade do tráfico e na prisão de duas pessoas (Requerimento nº 4.973/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sr. João Otacílio Silva Neto por sua nomeação para o cargo de chefe do Detran-MG (Requerimento nº 5.003/2016, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com a Sra. Gessiane Soares Cangussu, delegada regional de Polícia Civil de Janaúba; o Sr. Raimundo Nonato Gonçalves, chefe do 11º Departamento de Polícia Civil de Montes Claros; o Ten.-Cel. PM Marcelo Alves Coelho, comandante do 51º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais em Janaúba; e o Cap. PM Eduardo Leal Silva, comandante da 236ª Companhia de Polícia Militar de Minas Gerais em Porteirinha, pela atuação conjunta que resultou na prisão de 12 pessoas, em respaldo aos apelos da comunidade, especialmente durante a 9ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 10/6/2016, no Município de Porteirinha (Requerimento nº 5.021/2016, da Comissão de Segurança Pública).



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 21/6/2016

O deputado Roberto Andrade\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, mineiros e mineiras que nos acompanham pela TV Assembleia, visitantes que comparecem nas galerias, vim hoje a esta tribuna para fazer um breve relato, especificamente da minha região, sobre um ranking que o Ministério Público Federal publicou, pela segunda vez neste ano, sobre as cidades que têm transparência nas suas contas. Vou me ater, presidente, às cidades da minha região, do entorno de Viçosa – Ubá, que faz

parte da grande Viçosa; Ponte Nova e outras mais; às cidades mais bem avaliadas e às piores avaliadas. Porque, no meio das mais bem avaliadas e das outras, há uma série dos 853 municípios.

O Ministério Público Federal usa como critério o que os gestores publicam na internet dos seus contratos, dos seus gastos públicos, das empresas que são contratadas, dos salários dos funcionários, como aqui na Assembleia. O que ganhamos, o que há de verba indenizatória, o que gastamos, tudo é publicado, tudo é transparente, assim como o nosso patrimônio. Então existe uma transparência na Assembleia Legislativa, e o Ministério Público cobra dos prefeitos essa transparência.

Eu peguei as cidades da minha região e faço uma observação de duas cidades que são destaques: Ervália, que tem nota 8,7 e é administrada por um grande gestor público, o Nautinho, que assumiu uma prefeitura destruída com concurso público fraudulento, e realmente, nos três anos e pouco em que está lá, transformou Ervália em outra cidade. Ele coloca na internet as suas contas, o que gasta, as empresas que são contratadas. Há transparência.

Eu conversava agora com o meu colega deputado Dalmo Ribeiro Silva sobre acabar ou não com a Imprensa Oficial. A informação hoje está toda na internet, muito mais do que em jornais, muito mais do que na mídia impressa. A realidade, o futuro, o presente são as informações na internet. Então hoje qualquer pessoa que acessa o portal da Prefeitura Municipal de Ervália tem informações sobre aquela administração.

Da mesma forma minha cidade natal, Viçosa, em que o prefeito, em 10, tirou 8,6 no Portal da Transparência do Ministério Público Federal. É um jovem prefeito. Era vice-prefeito e, com o falecimento do prefeito, assumiu a prefeitura e tem feito um grande trabalho no Município de Viçosa. Viçosa hoje é uma cidade bem avaliada, e os nossos ouvintes e os telespectadores da TV Assembleia, todos podem acessar o portal e ver o que o prefeito está gastando, onde ele está gastando, as empresas que são contratadas, qual o salário do prefeito, as suas diárias, onde ele foi, o que foi fazer. Então Viçosa também é um exemplo.

Mas nem tudo são flores. Com muita tristeza falo da cidade de Cajuri, da região de Viçosa. Cajuri para mim é uma cidade muito importante. É a cidade onde nasceu meu pai, meu avô, meu bisavô. A nota da Prefeitura de Cajuri é zero, a transparência da Prefeitura de Cajuri é zero. Outra cidade da região, Jequeri, também tem nota zero.

Fico muito triste com a falta de compromisso dos prefeitos dos Municípios de Jequeri e Cajuri no que diz respeito à informação aos seus eleitores. Aliás, não aos eleitores, mas à população da cidade, independentemente de se ter votado ou não naquele candidato. A prefeita de Cajuri é prefeita de todos, o prefeito de Jequeri é prefeito de todos.

Um menino de 5, 6 anos pode acessar o portal e ver o que o prefeito está fazendo, em que ele está gastando o dinheiro.

Ontem, em Cajuri, tivemos um crime em que duas pessoas foram baleadas, e não havia lá um carro para transportá-los. Foram transportados em carros particulares, o que é até proibido. Fico muito triste de ver minha cidade desse jeito, a cidade do meu pai, onde ele nasceu, onde passei as minhas férias, deputado Wander Borges. Passava as férias em Cajuri, ia de trem, na época em que ainda havia trem. Pegávamos o trem em Viçosa e íamos parar em Cajuri, passar as férias lá, numa fazenda que foi dos meus avós. Hoje se vê que a prefeita de lá é nota zero, é do tempo ainda em que a prefeitura e o prefeito tinham conta conjunta. A conta da pessoa física do prefeito era conjunta com a da prefeitura. Fico muito triste com isso.

Quem quiser, todos vocês podem fazer isso, podem acessar o portal do Ministério Público Federal e avaliar as cidades.

O deputado Wander Borges (em aparte)\* – Inicialmente, deputado Roberto Andrade, quero parabenizá-lo por trazer esse assunto à Assembleia. Estamos agora na segunda avaliação feita pelo Ministério Público Federal. Estabelece-se um ranking entre as 853 cidades, não é isso? As notas vão de 0 a 10. Quem está com nota 10 está literalmente cumprindo a obrigação com denodo, afincos e presteza, de acordo com o que determina a Constituição Federal. Podemos, deputado Roberto Andrade, nos reportar ao art. 37 da Constituição Federal, que fala dos princípios básicos da administração pública: moralidade, impessoalidade, transparência e publicidade. Ou seja, tornar público aquilo que é de todos. Então a gente fica feliz por ver o deputado Roberto colocar esse assunto em pauta.



Fazendo uma avaliação, quero parabenizar... Talvez nem seja parabenizar, porque quem cumpre a obrigação... Vejam o País onde estamos vivendo, quem cumpre obrigação, estamos parabenizando. Olhem a que absurdo estamos chegando. Quando os governos federal e estadual e as prefeituras fazem alguma coisa, dizemos: "Muito obrigado, olhem que beleza!". Isso é obrigação, o sujeito gerencia um direito que não é dele, pertence à sociedade, é produzido pelo suor do conjunto da sociedade, de todos os brasileiros. Nesse caso, vamos ter de fazer isso, ou seja, parabenizar para incentivar outros a fazerem a mesma coisa. Fazer o quê? Colocar ali o que é receita corrente, o que é receita de capital, o que gastou no bimestre cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, qual é o salário do servidor, quais as empresas que estão trabalhando para a prefeitura, quem ganhou a licitação e muito mais que isso, não é, deputado Roberto?

Daqui a pouquinho, à medida que a sociedade se familiarizar com esse contexto virtual, deve-se trazer isso para o confronto com a realidade, ou seja, aquilo que está no portal da transparência do Ministério Público Federal. Por exemplo, uma construtora, uma empreiteira que faz eletrificação em determinadas cidades, foram pagos a ela R\$5.000.000,00. Será que foram alocados R\$5.000.000,00, na prática, na cidade? Aí a sociedade tem de participar, como também a câmara de vereadores. Enfim, é um conjunto de fatores.

Não poderia deixar de lembrar também aqui a questão da Prefeitura de Belo Horizonte. Vi lá. Também CPI, faz parte também. Obrigação também. A Prefeitura de Belo Horizonte parece que está no 8º ou 9º lugar.

Isso também nos demonstra que aqueles gestores, de uma forma ou de outra, estão colocando no portal as informações que podem ser acessadas pelo conjunto da sociedade. Aqueles que estão com nota 0, nota 2, nota 3, nota 4, que providenciem o mais rápido possível. Será que essas informações não podem ser de conhecimento do conjunto da sociedade ou será que elas não têm condição? Realmente temos que fazer essa discussão e trazer à tona esse assunto.

Então quero me solidarizar e parabenizá-lo, deputado Roberto, por abordar esse assunto. Acho que esse é o caminho, o caminho da transparência. Tenho certeza de que isso tudo vai chegar a Ervália, a Viçosa, a Cajuri. Se alguém estiver nos acompanhando lá, ainda vai dizer: "Opa, está faltando aqui!". Esperamos que realmente as informações cheguem para que a sociedade as avalie. Parabéns e muito obrigado.

O deputado Roberto Andrade\* – Muito obrigado, deputado Wander Borges. Muito bem lembrada a avaliação, a nota 9 da Prefeitura de Belo Horizonte, cujas contas são transparentes. O prefeito Márcio Lacerda tem realmente feito uma grande gestão à frente do Município de Belo Horizonte.

É isso mesmo que o deputado Wander falou. Os prefeitos têm de prestar contas à população do dinheiro desta: "Estou fazendo isso, isso, isso com seu dinheiro; estou aplicando nessa obra; estou recebendo tanto de salário", o que facilita também, como o Wander disse, para que a população, a imprensa e o próprio Ministério Público confirmem se aquilo que ele colocou lá realmente foi feito.

Voltando à minha região, há outras cidades que também não foram bem avaliadas. Mas vou-me ater às mais bem avaliadas, no caso, Viçosa e Ervália; e as piores, como Cajuri e Jequeri, que tiraram nota zero, onde a transparência é zero. Sr. Presidente, deputados, sabemos que a maioria de nós tem uma base eleitoral no interior de Minas. Que se aconselhem aqueles prefeitos que realmente têm compromisso com a população, com a transparência, que realmente cuidem de prestar contas ao seu povo, à sua população, à sua cidade, mostrem o que estão fazendo com o dinheiro do povo. O dinheiro não é do prefeito. Foi-se o tempo em que o prefeito podia ter uma conta conjunta com a prefeitura. Houve tempo em que o prefeito tinha uma conta conjunta com a prefeitura. Hoje não se admite mais isso, mas há prefeito que ainda pensa dessa maneira.

Presidente, seria isso, então, deputado Dalmo Ribeiro, hoje temos de colocar as informações na internet. V. Exa. defende as belas máquinas da Imprensa Oficial, e hoje falam em acabar com ela. Realmente o jornal ainda é uma coisa tradicional, mas cada vez mais o futuro é a informação on-line, a informação na internet. Hoje, na madrugada ainda, tivemos a informação, por intermédio do deputado Tiago Ulisses, da nomeação do deputado Fábio Cherem, a quem parabenizo, como secretário de Desenvolvimento Econômico. Imagino, deputado Antônio Carlos Arantes, que, com essa nomeação, o



governador tenha desistido da ideia de extinguir a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, senão não teria nomeado o deputado Fábio Cherem para essa secretaria.

Seria isso, presidente.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* – Muito obrigado, deputado Roberto Andrade. Como ainda temos, presidente, 1min20seg do pronunciamento do deputado, queria fazer um alerta, que não faremos quando iniciarmos as discussões da reforma administrativa dessa tribuna. Essa manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico... Hoje pela manhã, tive oportunidade de me encontrar com o novo secretário, o deputado Cherem, cuja posse, cuja nomeação foi publicada pelo diário oficial, e dizer-lhe que não adianta mantermos a secretaria fazendo o que o governo do Estado está fazendo através do novo substitutivo, cujo parecer foi lido hoje. Ele está diminuindo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico em praticamente 80% de sua estrutura.

O que quer o governo do Estado é jogar para a plateia, como se nós, deputados e cidadãos mineiros, fôssemos bobos. O que está querendo o governo do Estado? O governo diz que está mantendo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, como se estivesse dando um recado de que neste momento de crise financeira fosse preciso manter essa secretaria. Só que retira 80% de seus cargos e da sua estrutura, mas não os extingue. Se algum desavisado da base de governo vier aqui para falar que estão fazendo isso por questão de economia, afirmo que não, porque o governo pega esses cargos e os transfere para a Seplag, com o objetivo de depois usá-los em outras secretarias.

É bom V. Exa., que como nós é um defensor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, defender a sua manutenção com a estrutura que ela tem hoje para que possa ajudar e auxiliar o nosso Estado de Minas Gerais.

O deputado Roberto Andrade\* – Obrigado, deputado Gustavo Valadares. Vou mais além. Terminando, presidente, acho que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico não deveria ser mantida como é hoje, deveria ser agregada a outras atividades do Estado, que dizem respeito ao desenvolvimento. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes\* – Já estou aqui, presidente. Srs. Deputados e Sras. Deputadas, cumprimento o público aqui presente. De forma muito especial, saúdo todos que nos acompanham pela TV Assembleia, por vários cantos de Minas Gerais.

Presidente, subo a esta tribuna, primeiro, para agradecer minha passagem pela Secretaria de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas, onde desenvolvemos uma série de ações importantes em defesa do Norte do Jequitinhonha, do Mucuri e de várias cidades do Rio Doce. Agradeço ao governador Fernando Pimentel por ter nos dado a oportunidade de desenvolver esse trabalho de apoio às comunidades rurais, nas quais estamos fazendo uma série de intervenções relativas ao apoio de abastecimento de água em várias comunidades do Norte e do Nordeste de Minas Gerais.

Só este ano, deputados Rogério Correia e Tadeuzinho, estamos finalizando a execução de 482 poços artesianos e sistemas de abastecimento em várias comunidades do Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri. Amanhã, o secretário Gustavo Xavier e o diretor-geral do Idene estarão na cidade de Araçuaí e na cidade de Jequitinhonha para fazerem a entrega dos kits de abastecimento de água para finalização da execução dos sistemas para vários municípios daquela região.

Eu quero aqui parabenizar toda a equipe do Idene, que também é uma equipe pequena, com poucos servidores, mas que tem trabalhado muito nos escritórios regionais que temos na região. Estamos fazendo um grande trabalho de apoio.

Quero saudar e cumprimentar os funcionários do Deop aqui presentes.

Vou terminar nosso raciocínio sobre essas ações importantes que fizemos nesse período em que estivemos à frente da secretaria. Além do serviço de emergência, sobre o qual acabei de falar, de execução de 480 postos artesianos, a Sedinor coordena, desde 2012, o programa Água para Todos, em parceria com o governo federal. Esse é um programa que estamos redimensionando, relicitando vários lotes em que tivemos problemas na sua execução no governo passado, mas, ao somar isso às execuções que fizemos este ano, ao final deste ano colocaremos água em mais de mil comunidades rurais, das quatro regiões de que falei: Norte, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce.

Além dessas ações, também queremos pontuar outras importantes que fizemos, deputado Rogério, no apoio à agricultura familiar. Fizemos o maior programa de distribuição de sementes para o combate dos efeitos da seca, para que os agricultores familiares dessa região pudessem plantar no mês de janeiro. Da mesma forma, fizemos também uma grande ação de apoio ao agricultor familiar, com a distribuição de 49 tratores e equipamentos agrícolas para vários municípios e associações dessa região.

Portanto, venho fazer esse agradecimento aos parlamentares que são parceiros das ações, aos deputados estaduais e federais que têm colocado suas emendas no Sistema Sedinor/Idene, que têm dado as respostas efetivas para a comunidade. Quero, aqui, agradecer-lhes.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* – Querida, Paulo, participando do seu pronunciamento – vamos dizer assim –, nessa prestação de contas do trabalho que V. Exa. fez à frente daquela secretaria, cumprimentá-lo. Acho que a secretaria, nas suas mãos, ganhou mais força, mais movimento e mais resultados. Vejo, por exemplo, programas que estavam lá, feitos em parceria com a Copasa, mas que não saíram, principalmente a perfuração de postos artesianos, a construção de abastecimentos simplificados, e isso na região em que falta a coisa mais importante, que é a água para beber, a água para matar a sede do nosso mineiro, e V. Exa. deu dinamismo àquela secretaria.

É importante que se cobre, e sei que V. Exa tem cobrado, mas daquele programa ficou praticamente só a fama dele, nada foi executado. Vi que V. Exa. tomou iniciativas, tomou providências, e é necessário que continue a cobrar, porque a água para o Norte mineiro é essencial não só para matar a sede do povo, mas também para fazer a região pulsar forte e desenvolver. Parabéns por sua passagem à frente da secretaria.

O deputado Paulo Guedes\* – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta. Gostaria de lembrar também, deputado, que, além dos poços e do apoio ao agricultor familiar, estamos finalizando um outro convênio do Água para Todos, que é a construção de cisternas. Já estamos com 99% das obras concluídas, instalando 43 mil cisternas no Norte, no Jequitinhonha e no Mucuri.

Nesta semana estivemos também em Arinos e Formoso, cidades que tinham ficado fora do programa. Com um saldo de rendimentos, estamos construindo mil cisternas, sendo 750 em Arinos e 250 em Formoso. Desenvolvemos ações ligadas ao apoio à agricultura familiar e ao Água para Todos, com a construção de cisternas, pequenas barragens e poços artesianos.

Na semana passada, conversamos com o secretário de Fazenda e o secretário de Planejamento e Gestão, Helvécio. Estamos fazendo uma finalização importante. O governo do Estado vai aportar uma contrapartida para melhorar o preço do leite e a distribuição do programa Leite pela Vida. Hoje o governo federal paga R\$0,97 pelo litro do leite. Estamos buscando recursos e batalhando para aprimorar vários programas no Estado.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte) – Agradeço a V. Exa. Serei breve nas minhas palavras. Não fugirei do tema até porque, daqui a alguns minutos, terei a oportunidade de discutir o projeto da reforma administrativa do governo estadual.

Ouvi atentamente e fiquei sabendo, através dos órgãos de imprensa, que a primeira-dama do nosso estado esteve em Formoso, na última semana, fazendo exatamente essas ações que V. Exa. acabou de citar. Quero apenas deixar claro – sou deputado majoritário em Formoso e Arinos – que os benefícios que esses dois municípios possuem foram fruto de algumas obras da gestão tucana. Já que estamos falando da fusão do DER e do Deop, vou citar um exemplo: o trecho mais longo do programa Processo, de ligações asfálticas, ocorreu de Buritis a Formoso, 120km, e foi fiscalizado pelo DER. Posteriormente falarei disso. Aliás, essas obras também são fruto do trabalho que V. Exa. realizou à frente da secretaria. Espero que essas ações possam complementar as belas ações feitas, no governo passado, em Buritis, Arinos e Formoso, nas gestões dos ex-prefeitos Carlos Alberto e Luís.

O deputado Paulo Guedes\* – Quero dizer ao deputado Gustavo Corrêa que realmente estivemos em Formoso e Arinos anunciando a construção de mil cisternas e entregando mais 150 cisternas e banheiros às comunidades e aos assentamentos da região. Discordo apenas quando V. Exa. disse que todas as ações boas desenvolvidas ali foram do governo passado,



justamente esse governo que excluiu Arinos e Formoso do programa Água para Todos. Mas nós os incluímos agora e estamos finalmente fazendo as obras nos assentamentos e nas comunidades rurais. É uma região de comunidades isoladas. Somente no programa de cisternas, estão sendo investidos mais de cinco milhões de reais nos dois municípios. Em Arinos, perfuramos nove poços artesianos, que serão equipados esta semana, além de investirmos em saneamento.

Então, são várias ações importantes que estamos desenvolvendo. Estamos mostrando os resultados e fazendo as coisas acontecerem com a efetividade necessária.

Portanto, quero agradecer aqui o apoio do nosso governador Fernando Pimentel, que não tem deixado faltar, apesar das dificuldades, os recursos necessários para que o Sistema Sedinor-Idene possa fazer o atendimento a essas famílias que mais precisam, às famílias carentes, que estão passando dificuldades no abastecimento de água na comunidade.

Assim, agradeço e digo, deputado Rogério Correia, que temos várias ações importantes sendo executadas nessa região, inclusive com o reconhecimento das lideranças locais, dos presidentes de associações, de sindicatos, de vereadores, de prefeitos, que visitaram constantemente a secretaria e o Idene para agradecer esse trabalho que, finalmente, saiu do papel. O problema não era a falta de recursos na Sedinor, mas, sim, a falta de gestão no governo passado. Devolvia recursos, não executava, tinha uma execução pífia, enfim, não tinha aquela vontade de resolver o problema. Ou seja, o governo tucano, a gestão anterior, parece que gostava da indústria da seca, que amava apenas caminhão-pipa. Estamos, agora, fazendo ações verdadeiras, efetivas, perfurando os poços, fazendo as adutoras, as obras necessárias e mudando a realidade da nossa gente.

É por isso que quero finalizar dizendo que as reformas que chegam a esta Casa, que estão chegando, são para aperfeiçoar, para melhorar a gestão pública, aperfeiçoar o Estado. Quando se fala de junção de alguns órgãos, de algumas secretarias, isso é pensando justamente no futuro do Estado, pensando no cidadão, que quer efetividade, quer que as secretarias trabalhem de verdade para que os recursos que pagamos ao serviço público sejam verdadeiramente aplicados e que as pessoas possam efetivamente obter o benefício, seja na saúde, seja na educação, seja na execução de obras. Portanto, essa reforma chega aqui com a finalidade de aperfeiçoar, aprimorar e melhorar a eficiência e a administração pública em Minas Gerais.

Então, eram essas as minhas considerações. Dentro do nosso tempo, agradeço a oportunidade.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia – Obrigado, presidente. Cumprimento os deputados, as deputadas, a bancada da imprensa e os servidores públicos que nos visitam hoje. Sejam bem-vindos. Boa tarde a todos e todas.

Em primeiro lugar, quero me dirigir aos servidores públicos para fazer uma pequena abordagem sobre a reforma administrativa e sobre o debate que ainda teremos de fazer. É um prazer tê-los aqui. No projeto da reforma, o governo faz algumas propostas de mudanças enviadas à Assembleia Legislativa; portanto, algo muito diferente do que existia antigamente, quando o PSDB mandava para esta Casa uma lei delegada, e as mudanças eram feitas no gabinete do governador Aécio Neves ou no do governador Anastasia, sem que o servidor soubesse de nada. A partir dali as ordens burocráticas emanavam, e quem quisesse obedecia a elas. Nem os deputados nem os servidores públicos sabiam o que ia acontecer. Tenho certeza de que os servidores públicos não têm saudades dessa época. Com toda a certeza, têm muita tristeza ao lembrarem-se da época em que o Estado era governado dessa forma. Por isso quero dialogar com os servidores públicos sobre o que está aqui e o que temos de melhorar. Isso é um pouco do que quero falar com vocês.

Os projetos vêm para ser discutidos. Alguns são mais polêmicos, e outros já têm uma maior tranquilidade. O relator, deputado Durval Ângelo, absorveu algumas mudanças importantes que já vinham também do próprio relatório do Leonídio Bouças. É o caso da segurança pública – vejo ali os companheiros dessa área que nos procuraram e obtiveram vitória importante, que foi a continuidade do socioeducativo, dos agentes penitenciários, todos do interior da Secretaria de Defesa Social. Estão discutindo os pontos para que isso permaneça com vitória e garantia do direito dos servidores. Isso está sendo discutido, e já há garantia do governo nesse aspecto. É uma alteração importante que foi feita.



Também vejo aqui os companheiros da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Agora o governo acenou no substitutivo com a permanência da secretaria, sem que nenhum direito dos servidores seja extinto. Isso está no relatório do deputado Durval Ângelo. Se houver algum senão, precisará ser discutido, mas a orientação do governador é a manutenção, inclusive dos direitos. Se isso não estiver ocorrendo, como é essa a orientação, é óbvio que o relatório está aberto para ser corrigido.

Quero dizer a mesma coisa ao Deop. A proposta do governador é para que o Deop se unifique com o DER. Há setores dos servidores públicos que não querem, mas também há orientação para que não haja perda de direito para nenhum servidor público em relação a essa questão. Esse projeto será discutido ainda. Ele não está na pauta de discussão. Evidentemente vocês terão oportunidade de apresentar a opinião dos servidores. Estamos debatendo isso. Portanto, precisamos entrar no conteúdo de cada projeto e ter cuidado com os demagogos, que são perigosos. Eles chegam aqui como arautos da moralidade. (– Palavras expungidas por determinação do presidente.) É impressionante como pode um tucano, um tucanoide chegar aqui para fazer ofensas ao governador sobre corrupção, estando o presidente do PSDB de Minas Gerais preso – aliás, o Nércio Rodrigues foi até secretário do Anastasia –, estando o ex-senador Eduardo Azeredo com 20 anos de condenação à prisão, e estando o senador Aécio Neves com dois procedimentos no STF.

O problema da corrupção é, portanto, um problema que precisa ser discutido com seriedade, e não, com a postura de arautos da moralidade. O senador Aécio Neves, que buscou mostrar ao Brasil ser arauto da moralidade, é hoje o mais delatado de todos os políticos até na Lava-Jato, em que ele não governava. Permitam-me esclarecer, servidores públicos, para que vocês, estando aqui para discussões sérias, não sejam usados por demagogos de plantão, que no passado promoveram no serviço público, em Minas Gerais, um arrocho salarial intenso e um debate que todos os servidores lembram. Os servidores não querem a volta de tamanha demagogia e tamanho descalabro que foi o choque de gestão tucano.

Se não está bom, vamos avançar, mas peço a vocês que se lembrem do passado para que o servidor não venha – vocês não estão fazendo isso, por isso estão de parabéns – pedir retrocesso em relação ao que já estava. Como defendo muito o serviço público e sempre defendi, quero estar com vocês e fazer um debate sério, e não, de demagogia tucana no interior deste Parlamento.

Sr. Presidente, isso posto, estamos à disposição para conversar com cada servidor público sobre esses processos.

Quero também fazer uma discussão – não será hoje, porque não temos tempo – sobre a necessidade de uma reforma política séria no Brasil. Há o problema do financiamento privado de campanha, que enlameou o conjunto de partidos políticos no Brasil – e não se pode falar apenas de um, dois ou três: todos têm problema com uma espécie de finalidade de campanha privada. Isso precisa mudar, nosso país precisa de uma reforma constituinte para termos parlamentos e uma democracia mais substantivos; para termos representantes que venham das demandas populares, e não, do dinheiro das empresas e dos grandes empresários. Essa forma de fazer campanha no Brasil sempre foi deficiente do ponto de vista da democracia. É isso que precisamos discutir com seriedade, e não, apontar o dedo para este ou para aquele como se fosse arauto da moralidade. Repito o mau exemplo do senador Aécio Neves, que hoje está completamente desmoralizado. E ele era ou quis ser o arauto da moralidade neste país.

Por fim, presidente, deixando clara, mais uma vez, nossa disponibilidade para dialogar com os servidores públicos, quero falar que tivemos aqui nesta semana um encontro bastante importante da educação pública em Minas Gerais. Tivemos o fórum da educação mineira, na quarta, quinta e sexta-feira, no Plenário da Assembleia. Aprovamos no fórum uma proposta de modificação no Plano Decenal de Educação, projeto de lei que foi enviado pelo governador Fernando Pimentel e que vai estabelecer a educação nos próximos 10 anos. Tivemos grandes avanços agora no sistema educacional mineiro. Por exemplo, negociamos com os trabalhadores da educação um piso salarial, uma jornada de 24 horas semanais, um plano de carreira e uma estabilidade real do servidor público, por meio do concurso em que estão sendo chamados pelo menos 2.500 professores todo mês, como nunca havia sido feito em Minas Gerais. Estamos dando um quadro de estabilidade no sistema educacional exemplar do ponto de vista brasileiro, dentro da educação pública gratuita e do concurso público, que é o que todos sempre



defendemos. A educação está tendo avanços, embora, evidentemente, falte muito, porque o que pegamos na área foi o caos do choque de gestão, e não, a democratização da educação.

Realizamos eleição direta e agora o fórum, que teve um amplo debate sobre o sistema educacional. Foi aprovado um relatório com diversas sugestões de alteração no projeto de lei que o governador enviou. Ele enviou o projeto de lei e não o fez por lei delegada, para que exatamente se discutisse com todos os setores – pais, alunos, professores e trabalhadores da educação e do serviço público – que vieram até a plenária final. Aprovamos todas essas modificações que estou aqui folheando. Foram modificações nos ensinamentos fundamental e médio; na alfabetização na idade correta, em especial nas creches e na educação infantil; na educação especial; na educação e na alfabetização de jovens e adultos. Foram grandes e longas as propostas que efetivamos nesse sentido. Efetivamos no ensino médio estratégias importantes, assim como estratégias foram priorizadas nos encontros regionais e recebidas por consulta pública. Foi um amplo projeto de discussão, com metas relativas aos grupos de trabalho.

Além da discussão da melhoria da qualidade da educação básica, foi ressaltado que as melhorias que têm sido feitas nas escolas, do ponto de vista da rede física, precisam continuar. O programa que o governo lançou de escola sustentável, no ano passado, precisa, Durval, de um fôlego ainda maior do que o deste ano, embora reconheça que isso ajudou muito. Há a questão da implementação de escolas de educação em tempo integral de maneira maior do que vem sendo oferecido pelo Estado, uma discussão sobre ensino superior e também discussões polêmicas sobre gestão democrática e financiamento da educação.

Abro um parêntese para o risco que estamos correndo nacionalmente na proposta apresentada pelo novo ministro da Educação, que, aliás, é do DEM e que propôs modificar a forma de investimento na educação. Fizemos o cálculo para que os senhores e as senhoras tenham uma noção do que seria essa mudança no financiamento da educação. Até uma moção de repúdio a ela foi aprovada.

Se fizermos o cálculo da nova mudança que está sendo proposta agora pelo ministro da Educação, de 2003 a 2016, investiríamos menos R\$70.000.000.000,00 na educação, com essa fórmula, o que significa, praticamente, inviabilizar a educação pública no nosso país e, é claro, no nosso Estado de Minas Gerais. A mesma coisa está acontecendo no Ministério da Saúde. Se o investimento for feito da forma como está sendo proposto agora, de 2003 a 2016 daria um índice de R\$50.000.000.000,00 a menos no Sistema Único de Saúde. Isso levaria à privatização do serviço público em dois setores essenciais: educação e saúde. Imaginem se isso passa a ser a regra para se enxergar o sistema público e o serviço público no Brasil. O que acontecerá com os servidores públicos, de fato, se esse projeto chegar a ser implementado no Brasil? Portanto, é preciso compreender as diferenças de projetos políticos, principalmente para nós, servidores públicos. Eu também me incluo nessa questão.

Isto foi muito debatido aqui: como garantir o serviço público gratuito e não privatizado, do ponto de vista da sua qualidade, de forma que não seja por meio de parcerias público-privadas ou outro tipo de artimanha que o projeto neoliberal sempre quis impor ao Brasil?

Foi muito polêmica a discussão de gênero, e a trago aqui porque fiquei abismado com uma parcela minoritária que participou do evento e que, o tempo inteiro, ficou apenas com essa preocupação, que, no meu sentimento, é homofóbica e, ao mesmo tempo, preconceituosa. Segundo eles, a questão de gênero não pode ser discutida na escola, apenas na família. Imaginem se retrocedermos na educação pública ao patamar da Idade Média, do tempo das trevas, de forma que questões em que já avançamos sejam discutidas como tabus, de forma homofóbica, com posições reacionárias e retrógradas para a educação pública brasileira. Avançamos tanto na educação para negros, para mulheres, discutindo a questão de gênero, respeitando as diferenças na escola pública, fazendo-a inclusiva. Então, não podemos também permitir que haja um retrocesso em relação àquilo em que se avançou. A escola só pode realmente contribuir para a aprendizagem dos educandos se for democrática, se for de mão dupla, como dizia Paulo Freire. Só podemos avançar na base de uma escola pública com democracia. O educando tem de aprender com o professor, mas o professor também tem de aprender com o aluno, que



também aprende com a sociedade. Essa interlocução é que faz com que a escola tenha um caráter real de avanço na sociedade brasileira.

Foi, portanto, um debate muito rico. Esperamos que os deputados nos ajudem a aprovar essas contribuições que vieram de fora, realizadas no Plenário da Assembleia Legislativa, as quais excederam as contribuições do governo, discordaram delas ou as ampliaram, mas foram fundamentais.

Vi hoje deputados querendo desqualificar o encontro, porque provavelmente não concordam com muitas das propostas que foram aprovadas pelos trabalhadores que estavam presentes. Mas faço a defesa, porque participei nos três dias. A discussão foi muito rica. Não que eu concorde, presidente, com tudo que foi aprovado, mas certamente é preciso respeitar.

Um grande abraço aos servidores públicos. Estamos dispostos a dialogar e a ampliar as vitórias que vocês vêm obtendo. Muito obrigado. Um abraço.

O deputado Gustavo Corrêa – Começo o meu discurso contrapondo algumas coisas ditas por esse parlamentar que me antecedeu. Causa estranheza escutar que esse parlamentar ou o governo estão dispostos a dialogar com cada um dos senhores que se encontram nas nossas galerias. (– Manifestação nas galerias.) Aqueles que conhecem o meu trabalho nesta Casa sabem muito bem que defendi e continuo defendendo o governo do qual fiz parte e no qual acreditei, que foi o governo que antecedeu o atual. Mas nunca, nos 12 anos em que aqui estou, o governo passado se recusou, deputado João Leite, a realizar qualquer audiência pública. Os governos passados sempre realizaram audiências públicas para ouvir as reclamações. Isso não quer dizer que eram aceitas; mas, ouvir os questionamentos e observações que os servidores de determinadas empresas do Estado tinham interesse em expor, isso o fazíamos. Fui presidente da Comissão de Administração Pública durante quatro anos, e quantas audiências públicas realizamos, algumas dentro deste Plenário, outras no teatro da Casa ou no Plenarinho IV, e por aí fora.

Nós dialogávamos, mas este governo que ganhou as eleições da forma como tenho certeza que a Justiça dirá daqui a algum tempo, não está cumprindo o que prometeu durante a campanha, deputado Gustavo Valadares. A promessa era de governar e dialogar com a sociedade. Onde está o diálogo? O deputado Tadeu Leite, que é do PMDB, partido que apoia esse governo, sabe muito bem da luta que travamos para realizar uma audiência pública para tratar do assunto da fusão do Deop ao DER. Por que o governo tem tanta pressa? Na manhã de hoje afirmei, e assim o farei, que vamos solicitar ao presidente da Assembleia que peça ao governador que retire o regime de urgência dos outros projetos que estão na pauta. (– Manifestação nas galerias.)

Se o governo quer dialogar, que retire o regime de urgência. Vamos fazer audiências públicas e ouvir as argumentações. Na nossa visão, o governo está equivocado. Prova disso é que, se não fosse a oposição, esse remendo, com a devida vênia ao deputado Durval Ângelo, não existiria. O governo foi obrigado a fazer esse remendo ao projeto de lei porque a oposição o alertou sobre os equívocos que estavam sendo cometidos. Não vou adentrar esse tema neste momento, mas o farei daqui a pouco, utilizando os 28 minutos que me restam.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Obrigado, deputado Gustavo Corrêa. O deputado que antecedeu V. Exa. nessa tribuna veio dizer que o governo anterior não tratou bem os servidores públicos. Ora, não me lembro, nos 12 anos passados, de ter havido parcelamento do salário de 157 mil servidores. São 157 mil servidores que hoje estão recebendo em três parcelas. O governo anterior pagava no quinto dia útil. Eu estava aqui no governo Itamar Franco, que chegou a pagar o 13º salário em 24 parcelas. Quando o governo seguinte assumiu, passou o pagamento para o quinto dia útil. O engraçado é que, em junho do ano passado, o mesmo deputado falou desta tribuna, levantando os braços, deputado Gustavo Corrêa, que a oposição estava fazendo teatro, terrorismo, e que Pimentel era bom de serviço e não atrasaria ou parcelaria o salário. Mas, em dezembro, ele atrasou o 13º salário e, de lá para cá, 157 mil servidores estão recebendo no dia 18. Ou seja, trabalham por 30 dias, para receber o seu salário integral no 48º dia. Realmente, esse Pimentel é muito competente.

Talvez ele deva explicar, não para mim, deputado Gustavo Corrêa, mas para o cidadão, o que está na p. 5.782 dos inquéritos da Operação Acrônimo da Polícia Federal. Vou ler um trecho, para clarear a memória do deputado que o antecedeu na tribuna. (– Lê:) “(...) ao agente público Fernando Damata Pimentel, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e atual governador de Minas Gerais, integrante e coordenador da organização criminosa, o qual, em contrapartida, atuou intermediando interesses de empresas privadas junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e praticou os atos de ofício no interesse de pessoa física”. Está aqui, na p. 5.782, em documento do Serviço Público Federal, Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional do Distrito Federal. Ou seja, a Polícia Federal chamou o Pimentel de coordenador da organização criminosa. É o governador que temos. Que moral tem esse moço para mexer na vida de milhares de servidores e arrebentar com os servidores públicos? Que estatura moral tem um chefe de organização criminosa para governar o nosso estado? Talvez alguém possa vir aqui explicar isso. Obrigado.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* – Serei breve, mas quis dar o aparte, porque em pouco mais de 1 minuto entraremos na discussão do projeto da reforma administrativa e só trataremos dessa reforma.

Fico impressionado com uma coisa: já se passaram um ano e sete meses de governo, denúncias contra o governador Fernando Pimentel pipocam todos os dias na imprensa nacional e no Estado, mas não vi nenhum dos seus deputados desmentir uma acusação que fosse contra ele. Nenhuma acusação foi desmentida por nenhum parlamentar da sua base nesta Assembleia. Não desmentiram a delação do Bené, a relação do Bené com a campanha de Pimentel ou a relação do Pimentel com o Bené e os empresários da Caca para a concessão de benefícios fiscais. Na verdade, querem nivelar todos por baixo. Não vi um deputado que fosse defender o governador. E olhem que ele tem a grande maioria de deputados nesta Casa: dos 77, são mais de 50 os deputados que o defendem de forma aberta.

Mas nenhum teve a coragem de subir à tribuna para dizer que qualquer um desses atos imputados ao governador era ou é mentira. Faço aqui esse desafio, ou seja, que um desses parlamentares que o defendem suba à tribuna para defender a honra do seu governador, do seu correligionário, do seu companheiro do Partido dos Trabalhadores. Nenhum deles até hoje, em um ano e sete meses de mandato na Assembleia Legislativa, teve a coragem de ir lá para desmentir a Polícia Federal ou o Ministério Público Federal ou a Procuradoria-Geral da República ou o Sr. Herman Benjamin, ministro do STJ, relator do processo que diz respeito ao governador. Faço aqui este desafio: que qualquer um suba à tribuna, na hora em que for, para defender um ponto que seja no que diz respeito às denúncias relacionadas ao governador Fernando Pimentel.

Apenas isso. Não houve, Sr. Presidente – terminando e pedindo desculpas ao deputado Gustavo Corrêa por ter comprometido todo o seu tempo –, até hoje um deputado que defendesse o governador de pronto na tribuna da Assembleia. Eles são mais de cinquenta deputados nesta Casa e poderiam fazer aqui mesmo que fosse uma leitura de um discurso pronto e enviado pela Casa Civil, onde está o advogado de Pimentel. O secretário da Casa Civil é o advogado do Pimentel. Eles não tiveram a coragem de subir à tribuna nem para ler uma carta redigida pelo secretário da Casa Civil. Por que será? Por qual razão? Porque está comprovado por todos nós, pelos 77 deputados, que ele está enrolado em denúncias de corrupção. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Gustavo Corrêa – Agradeço a V. Exa.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa – Não vou cansar os ouvidos dos nossos telespectadores e das pessoas que aqui se encontram.

Estamos discutindo exatamente o Projeto de Lei nº 3.503/2016. Confesso que achei que esse projeto estaria um pouco maior, deputado Dalmo, do que este que aqui se encontra, pelas razões que relacionarei frente a cada um dos senhores e das senhoras.

Eu não poderia, deputado Tadeuzinho, começar a discussão desse projeto sem voltar um pouco na história deste governo. Em 1º/1/2015, quando o governador assumiu os destinos deste estado, tanto ele quanto grande parte do núcleo duro



do seu secretariado fizeram questão de dizer aos órgãos da imprensa de nosso estado – até gastaram fazendo uma campanha milionária – que a situação financeira do Estado era caótica, fruto dos equívocos e dos erros cometidos pelos governos anteriores, e que não havia dinheiro para pagar o salário dos servidores do mês de dezembro, pagar no quinto dia útil do mês de janeiro de 2015; que uma série de medidas seriam tomadas para reduzir cargos, para otimizar a máquina pública, para valorizar os servidores. A oposição, inicialmente e prontamente, ameaçou interpelar judicialmente tanto o governador quanto os secretários de Planejamento e de Fazenda, porque o governo passado tinha deixado em caixa o dinheiro necessário para pagamento dos servidores do Estado. Num toque de mágica – parece a fábrica de dinheiro do Tio Patinhas –, o dinheiro que não existia apareceu. Até hoje aguardo uma manifestação dos secretários de Planejamento e de Fazenda sobre esse assunto e não obtive resposta alguma.

Fui o primeiro a lançar o desafio de que o governo não encaminharia reforma administrativa alguma a esta Casa; de que ele encaminharia uma série de projetos que nós sabíamos não gerariam redução de custos à máquina pública. Pelo contrário, os projetos que foram encaminhados a esta Casa visavam sempre a criar cargos para alocar os seus companheiros políticos para obter maioria nesta Casa.

Para minha tristeza, vários parlamentares foram seduzidos e caíram na história deste governo e até hoje, não sei se por troca de cargos ou de emendas, estão solidários a este governo, que, a cada dia, envergonha os mineiros.

Quero dizer aqui que essa reforma administrativa que se encontra em minhas mãos é mais um exemplo da falta de planejamento desse governo. Alguns pontos foram apontados pela oposição, e faço aqui questão de falar um pouco sobre cada um deles.

Em primeiro lugar, quero falar sobre uma praxe desse governo com relação aos seus projetos. Lanço um desafio ao líder de governo e a qualquer parlamentar da base que me desmintam, se for mentira o que vou dizer. Qual projeto encaminhado pelo governo foi sancionado no seu conteúdo principal da forma como o governo desejava? Todos os projetos do governo do Estado que aqui chegam a esta Casa sofrem várias emendas, ganham substitutivos, perdendo todo o objeto central.

O governo do Estado, no dia 3/5/2016 – foi recebida no Plenário no dia 4/5/2016 –, encaminhou a Mensagem nº 128/2016, que trata das modificações que alteram a estrutura orgânica da administração pública de nosso estado. A oposição, tão logo esse projeto foi lido em Plenário, fez questão de afirmar que iríamos fazer um processo de obstrução, pois entendíamos que essa reforma administrativa não acrescentaria nada a este governo; pelo contrário, estava penalizando aqueles servidores sérios, honrados e dedicados de nosso estado. O governo disse que precisava reduzir cargos, cortar despesas, mas nessa reforma administrativa que está aqui não acontece nada disso que o governo afirma; pelo contrário, ele está aumentando o custo da máquina pública. Mais do que isso, deputados Tadeu Martins Leite, Sargento Rodrigues e Dalmo Ribeiro Silva, nós, da oposição queremos saber por que o governo não fez uma audiência pública para tratar desse projeto.

A oposição teve de aprovar um requerimento numa comissão que já não é a pertinente para tratar desse assunto. Como V. Exas. me explicam que, num momento em que o Estado precisa gerar receita, o governador acaba com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico? O investidor, o industrial, aquele que gera receita, que gera emprego para o Estado bate na porta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O governador, por um capricho nessa reforma que aqui está, estava extinguindo essa secretaria.

A oposição brigou, questionou. Realizamos esse debate com as entidades de classe. Causou-nos estranheza até o posicionamento de determinado dirigente, que deveria ser o primeiro a ser contrário. Ele ficou neutro, ficou em cima do muro, não saiu em defesa do governo nem em defesa dos industriais e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Então, o governo apresentou um substitutivo propondo uma fusão com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, mas esvaziando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e jogando todas as atribuições para aquela secretaria. Onde já se viu, deputado Tadeu, a Junta Comercial e a nossa unidade de PPP, cuja faixa estou vendo ali, que foi considerada a melhor unidade de



parceria público-privada do mundo, fiquem ligadas à Secretaria de Fazenda? Cadê a coerência deste governo? Queremos entender por que o governo tem de tomar essas medidas.

Quero fazer um desabafo. Disse que trataria desse assunto daqui há algum tempo, deputado Sargento Rodrigues. Nos últimos 15 dias, não sei por que cargas d'água – mas o tempo irá dizer, pois o tempo é o senhor da razão –, não vou dizer que fui denunciado porque não foi aceito, mas o Ministério Público apresentou algo contra mim e contra alguns servidores do Deop. Quero dizer da minha eterna gratidão aos servidores do Deop. Quando secretário de Estado, tive oportunidade de conviver com vários deles e sempre fiz questão de afirmar que era fundamental um plano de carreira e melhores condições de trabalho a esses servidores, tamanha a responsabilidade que têm com todos os mineiros. Por que o governo quer acabar, extinguir ou fundir Deop e DER? Cada um tem atribuições diferentes. Volto a dizer que essas duas autarquias têm funcionários qualificados e preparados que precisam, ao contrário de fusão, de uma política remuneratória melhor e mais digna. Em vez de o governo tirar deputado da sua base e levar para a secretaria, a fim de ter ampla maioria, reduza esses cargos políticos e pague melhor aos servidores do Estado. Pague os salários dos servidores no quinto dia útil, que é algo previsto em lei. Mas esse governo é incoerente.

Volto a afirmar alguns pontos citados pelos deputados da oposição. Tenho a certeza de que vários, tanto na tarde de hoje, quanto na noite de hoje, amanhã e até quando conseguirmos segurar a tramitação desse projeto na Casa, farão os mesmos ou quase os mesmos comentários. O governo afirma categoricamente que está extinguindo cargos e que isso trará economia ao Estado. Mas o que vemos na reforma é exatamente o contrário, pois está criando cargos. E no primeiro momento estamos alertando para algo previsto em lei. Cadê o impacto financeiro dessa reforma administrativa para o Estado? O governo não mostrou até agora as receitas e despesas relativas a esse projeto de lei. Qual economia financeira isso trará ao Estado?

Esse governo é tão incoerente que se propõe a extinguir a Imprensa Oficial. Não vou entrar no mérito disso. Inicialmente se afirmava que ela era deficitária, mas a oposição foi procurada pelos servidores daquela instituição e o próprio governo disse que era superavitária. Em uma tarde, o secretário disse que aquela empresa era deficitária, e, no outro dia, deputado Sargento Rodrigues, o próprio governo soltou uma nota dizendo que ela era superavitária.

Esse secretariado precisa ter um norte, mas o governo assim não o faz. Se não fosse a oposição, senhores e senhoras, o projeto teria sido aprovado conforme a mensagem inicial enviada a esta Casa. Se dependesse de grande parte dos parlamentares, que infelizmente não se encontram aqui para ouvir nossas ponderações, já teria sido aprovada a reforma do modo como ela chegou a esta Casa. O governo não tem nem unidade dentro da sua gestão. O próprio governo bate cabeça internamente. Entre seu secretariado, um quer fazer uma coisa, outro quer fazer outra. A vaidade dos seres humanos que estão em torno do governador, a cada dia, é maior. Pergunto a cada um dos senhores e das senhoras que aqui se encontram: esse governo teve a hombridade de ouvir, de dialogar e de aceitar as sugestões? Não. Esse governo é covarde, não quer ouvir, não quer aceitar, não quer escutar sobre os erros que está cometendo, preocupa-se apenas em defender o governador do Estado das acusações que lhe são impostas. O Estado está parado, minhas amigas e meus amigos.

Queremos é dar agilidade à máquina pública. Como fazer isso? Remunere melhor os servidores do Estado.

Já concedo aparte a V. Exa., deputado Sargento Rodrigues. Alertamos aqui, em julho do ano passado, como disse V. Exa., que o Estado não aguentaria pagar o salário dos servidores em dia. Por quê? Porque, para agradar – e não sou contra os servidores serem bem remunerados, é bom deixar claro – determinado setor que foi exclusivamente eleitoral e importante na vitória do governador em 2014, ele concedeu reajustes irresponsáveis, acima da média, e penalizou todos os servidores do Estado. Foi o caso de um grupo de servidores de determinada classe, que se prestou ao papel de difamar vários parlamentares que aqui estão, durante a campanha eleitoral nos governos passados. Ele concedeu esses reajustes, e alertamos que eles penalizariam todos os servidores públicos. É exatamente isso que estamos vendo neste momento.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Quero cumprimentar V. Exa. pela serenidade e pela lucidez que traz à matéria.



É muito bom, por outro lado, deputado Gustavo Corrêa, que o Plenário não esteja repleto de alguns parlamentares. Mas as principais pessoas para as quais exercemos o mandato, que não pode ter outra finalidade a não ser representar a coletividade de nosso estado, aqui se encontram. Esses servidores que estão aqui fazem parte dessas pessoas que representamos, são servidores do DER, do Deop, que estão aqui pedindo, deputado Gustavo Corrêa, audiência pública para ter vez e voz, para se manifestar e dizer: “O que vocês estão querendo com esse órgão não é bem do jeito que foi passado”.

É bom que eles saibam que há um engodo, um teatro colocado pelo governador Fernando Pimentel na reforma administrativa. Que reforma? É um engodo. Isso é para tentar trocar seis por meia dúzia. Só que, nessa troca, estão fazendo uma lambança com os servidores públicos. Quem faz a máquina pública andar, quem faz a máquina pública acontecer são eles, que estão na ponta da linha. Do lado de cá, tínhamos os servidores socioeducativos, que até bateram palmas para um deputado que estava ali, um deputado de um partido que queria arrebentar com eles, um partido que queria colocar os agentes socioeducativos na Fucam. Tamanha é a incompetência da gestão desse governo: pegar servidores da segurança pública e colocar na Fucam, subordinados à Sedese. Maravilha! Nossa, mas o que o secretário da Sedese entende de segurança pública é uma maravilha. Mas se até o secretário da área está perdido, deputado Gustavo Corrêa...

Talvez os servidores do Deop e do DER não saibam, mas vou dar aqui um exemplo da incompetência, da péssima gestão, da lambança e do apagão da gestão desse governo.

Em um ano e meio de governo, na Subsecretaria de Administração Prisional, passaram três secretários; na Defesa Social, já é o segundo; na chefia da Polícia Civil, o segundo também. Isso tudo ocorreu em um ano e meio de governo.

Olhamos para o secretário Bernardo Santana e ficamos até com dó. No dia 21/5/2015, deputado Gustavo Corrêa, ele esteve na Comissão de Segurança Pública para prestar algumas informações e chegou a dizer que o governador Fernando Pimentel autorizou a criação de 4 mil vagas no sistema prisional. Sabem quantas foram criadas? Nenhuma até hoje, e já se passaram um ano e um mês. Hoje é dia 21, já se passaram um ano e um mês, e não criaram nenhuma vaga. O Deop não trabalhou, não construiu. Onde está a gestão?

Mais cedo passei um vídeo na Comissão de Segurança Pública em que Fernando Pimentel estava falando sobre segurança pública. Ele começa assim: “Hoje é dia 4 de setembro, a Polícia Civil está de luto porque morreu mais uma pessoa, porque não há segurança pública no Estado. Nós, não, nós vamos reaparelhar, vamos equipar, vamos colocar *tablet* em cada viatura”. Só da Polícia Militar ele tirou R\$100.000.000,00 de custeio, comparado à 2014, último ano do governo anterior. A Polícia Civil, que havia recebido em 2014 R\$33.000.000,00 de investimento, recebeu R\$4.000.000,00 em 2015.

Agora, pasmem!, querem fazer economia no lombo dos servidores: 157 mil servidores, portanto, 157 mil famílias estão recebendo o salário parcelado.

Mas, aí, começamos a olhar os voos de Pimentel. Em 2014, deputado Gustavo Corrêa, o governo anterior gastou R\$138.000,00 com fretamento de jato, na Líder Táxi Aéreo, o que achei um absurdo; em 2015, Pimentel falou que ia fazer economia, porque herdou o Estado com R\$7.000.000,00 de déficit e fez aquela propaganda mentirosa e a repetiu mil vezes, utilizando a teoria de Goebbels – o PT faz isso extraordinariamente muito bem – e gastou R\$850.000,00 com fretamento de jato, 560% a mais. Mas, aí, deputado Dalmo, nos quatro primeiros meses deste ano, ele gastou R\$915.000,00 com fretamento de jato, da Líder Táxi Aéreo. Ele está todo enrolado.

Fiz o pedido de informação, solicitando a relação de todos os voos do governador, quem compunha a sua comitiva, qual destino e objetivo das viagens. Ele mandou o chefe do gabinete dele negar dizendo: “Não pode, é segurança do governador”. Eu disse: “Estou pedindo de voos realizados. Segurança de quê?”. Fomos no Judiciário, o desembargador Claret determinou o imediato fornecimento. Então, está dentro do prazo, e até quinta-feira da semana que vem vamos conhecer quem estava nas aeronaves junto com o Pimentel; os voos que fez para São Paulo para tratar dos cambalachos, dos trambiques e da corrupção junto à Cacoa. As reuniões que ele fez no hangar do governo, voltando de Brasília, trocando mensagens com os representantes da Cacoa são um absurdo. É uma vergonha para o nosso estado ter um governador todo enrolado em corrupção, que precisou



alugar uma quitinete. “Mas, deputado, é o senhor que está acusando?” Não, quem está acusando é o testa de ferro dele, o seu operador, o Sr. Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o Bené, que teve de alugar uma quitinete em Brasília para guardar R\$12.000.000,00 de propina recebida por Pimentel.

Aí, esse moço quer fazer reforma administrativa, quer arrebentar com os servidores do Deop, do DER, da Imprensa Oficial, da Fundação João Pinheiro, dos agentes socioeducativos. Que lambança mais ele quer fazer? Ele continua, não pagou, deputado Gustavo Corrêa – onde está aquele deputado que disse que Pimentel era competente, bom de serviço? –, o abono-vestimenta da Polícia Civil, dos agentes penitenciários e socioeducativos. Não pagou. Agora, gastou R\$915.000,00 com fretamento de jato, na Líder Táxi Aéreo, em quatro meses deste ano.

Então, V. Exa. tenha a certeza de que os mineiros, os servidores de nosso estado estão ouvindo as suas palavras. Não dá para ver deputado ocupar esta tribuna e falar de lorota, de mentira e esquecer que 157 mil servidores públicos estão recebendo de forma parcelada há seis meses. Parabéns a V. Exa., como nosso líder.

E quero dizer aos servidores públicos que nós, da oposição, estamos aqui, vigilantes e atentos, e vamos denunciar as maracutaias e a incompetência deste desgoverno de Fernando Pimentel.

O deputado Gustavo Corrêa – Agradeço as palavras de V. Exa. e quero reafirmar tudo o que foi dito, pois V. Exa. sempre fez e continua fazendo a defesa dos servidores de nosso estado.

Antecipando-me aos parlamentares que me sucederão, quero dizer que, na manhã de hoje, os deputados do bloco de oposição se reuniram, quando deliberamos que votaremos contrários à reforma administrativa, ao Projeto de Lei nº 3.503/2016, porque entendemos que essa reforma não acrescenta absolutamente nada aos mineiros. Essa reforma é mais um capricho desse governo para atender aos seus companheiros políticos.

Algum deputado que me antecedeu, na tarde de hoje, disse que estava aqui para ouvir cada um dos senhores e das senhoras, que, diferentemente dos governos passados, esse governo dialogava, conversava e não encaminhava lei delegada a esta Casa. Mas creio que aquele deputado se esqueceu de ler o substitutivo do Líder do governo, que cria três secretarias extraordinárias por decreto. Não sabemos quais serão essas secretarias, quando serão criadas nem para quê. Será que vão esperar alguém ser denunciado para nomear, objetivando o foro privilegiado? A oposição quer saber por que o governo está criando, por resolução e por decreto, três secretarias extraordinárias. Se o governo quer enxugar a máquina pública, então para que criar secretaria?

O governo que governa para ouvir e dialogar com a sociedade está extinguindo a Ouvidoria-Geral do Estado, uma conquista da sociedade. Não foi uma conquista da oposição nem da situação, mas do cidadão, que, quando vê seus direitos feridos, tem a quem recorrer e com quem reclamar. Mas esse governo não aceita as críticas. Os senhores estão vendo. Por que o governo não chega aqui e diz que vai retirar o regime de urgência do projeto, que vão marcar várias audiências públicas, que vão dialogar e ouvir as reclamações a fim de chegar a um consenso? Não; o governo quer tratorar. O governo está convocando a sua base para estar presente aqui, hoje, amanhã e quinta-feira, para tentar votar de qualquer jeito. Qual é a dificuldade de se fazerem audiências públicas? Por que os servidores não podem manifestar suas agonias?

Com todo o respeito por aqueles que se encontram ao lado do governador, duvido que exista alguém mais preparado e qualificado que os próprios servidores daquelas empresas e autarquias do Estado e secretarias, para dialogar e conversar. Tem determinado secretário que está passando até a folha salarial, tirando de um lugar, de onde sabemos que não se deve tirar, e passando para outro. Nem para isso ele tem competência. Eu tenho informações extraoficiais de que esse mesmo secretário, tão logo assumiu o governo, queria ver a folha. Vejam o ponto a que chegamos, com todo o respeito. Um secretário de Planejamento queria ver nome por nome para saber quanto cada servidor estava recebendo. Ele achou que estava na prefeitura ainda, onde tinha 500, 300 ou 1.000 funcionários. Onde já se viu isso?



Volto a dizer, a oposição estará aqui, atuando e tentando, de todas as formas, impedir a tramitação desse projeto, porque entendemos que esse governo não tem legitimidade moral para propor nenhum tipo de mudança nem reforma administrativa.

Entendemos que o governo não está ouvindo os servidores como deve ouvir, que esse projeto não representa economia alguma para o Estado, que Minas Gerais está andando para trás e que o nosso governo vai virar objeto de chacota.

Para concluir, agradecendo a condescendência do presidente, afirmo que, desde que essa reforma chegou a esta Casa, comprei alguns pontos que julgava fundamentais e aos quais serei sempre contrário e vou dizer quais. O primeiro é a extinção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que, da forma colocada, não atende à oposição. O segundo é a questão da Ouvidoria, que, da forma colocada, não atende aos mineiros. E outro é o que trata da Fundação João Pinheiro – uma conquista, um avanço, uma referência em nosso estado –, que, da forma colocada, atende apenas em parte aos mineiros, pois ganha uma sobrevida de cinco anos. Mas continuaremos aqui, lutando e cobrando de público do presidente que o governo retire a urgência dos outros projetos, para que nos próximos dias tenhamos oportunidade de discutir as questões do Deop, do DER, da Ruralminas e de outros tantos. Não temos pressa. Um governo que esperou quase um ano e oito meses para encaminhar um projeto de reforma a esta Casa não tem tanta urgência; não pode pretender aprová-lo em 10 ou 15 dias como quer esse governo.

Termino dizendo que espero que o mesmo deputado que abriu os braços para dizer que a oposição estava fazendo balela suba a esta tribuna para dizer por que a Cemig está mandando embora 200 servidores do Sindieletrô, que ele não teve a hombridade de defender daqui.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Presidente, deputado Hely Tarquínio; deputados; valorosos servidores do Deop, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e de outros órgãos, que nos acompanham desde o primeiro momento desta discussão; amigos e amigas; companheiros da TV Assembleia Legislativa, boa tarde.

Estamos nesta tribuna e a ela voltaremos quantas vezes forem necessárias para discutir e fazer uma reflexão muito séria e profunda, porque estamos à frente, não de uma reforma administrativa, mas de uma liquidação dos servidores do Estado. O próprio governador, sozinho, por meio de uma canetada, procura fazer, com propostas em diversos eixos, o sucateamento de várias secretarias e, particularmente, de valorosos servidores do nosso estado.

Lamentavelmente, esse projeto obteve parecer pela constitucionalidade, mas entendo que fere flagrantemente o art. 90, IV, da Constituição do Estado. A inconstitucionalidade do projeto é flagrante, e o relator não poderia tê-lo recebido como fez à época. Antes de qualquer coisa, ele deveria ter tido o cuidado, o zelo de analisar a proposta inicial, que não observa a juridicidade, a constitucionalidade e a legalidade. Mesmo assim, ele recebeu um substitutivo, que nesta manhã, sem ser apreciado em nenhuma outra comissão de mérito, veio à discussão neste Plenário e, conseqüentemente, será posto em votação, sendo aprovado ou rejeitado.

Não poderíamos, de forma alguma, deixar esse projeto correr como tantos outros; mesmo com regime de urgência, tramitar como se fosse um desespero do próprio governo. Isso faz com que possa imperar a vontade do governo em detrimento apenas dele. Devemos debater, discutir, chamar os servidores, como estamos fazendo.

Ontem discutimos com os servidores da Fazenda. Amanhã discutiremos com os servidores da Ruralminas. Na semana que vem também discutiremos com os servidores da Imprensa Oficial, mas o que é mais interessante é que o Estado não comparece. Nenhum representante do governo quer ouvir as reivindicações dos servidores, nenhum. Já participamos de outras reuniões, outras audiências, e o governo se nega peremptoriamente a discutir, a ter, com os servidores, uma conversa necessária e oportuna. O que o governo quer, lamentavelmente, é a aprovação desse projeto a toque de caixa, e nós não podemos deixar que isso ocorra.

Portanto, estamos fazendo esta reflexão e lamentamos muito não estar presente neste momento nenhum deputado da situação para ouvir, para discutir conosco; e a nossa pretensão é cabida, é legal e é justificável.

**44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 22/6/2016**

O deputado Durval Ângelo\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje devemos refletir muito a respeito da política na realidade brasileira. As denúncias de corrupção, de desvio de recursos públicos crescem cada vez mais. O instrumento de delações premiadas criado no governo Lula e, numa lei, aperfeiçoado no governo Dilma, tem mostrado uma eficiência e uma eficácia muito significativas para a sociedade brasileira. Agora estamos também ouvindo denúncia a respeito de delações premiadas que serão feitas em Minas Gerais, que acho que deve estar preocupando muita gente, deve estar causando um desconforto muito grande. Hoje, em Minas, um ex-deputado federal está preso na Penitenciária Nelson Hungria.

Mas eu não gostaria de falar desse tema. Acho que tudo isso tem uma origem, uma raiz, que é a ausência de reforma política no Brasil. Eu sempre disse, debatendo as questões das reformas em geral, que a reforma política é a mãe de todas as reformas.

Acho que trabalhar um debate sério no País sobre a necessidade dessa reforma, que envolve, conforme o projeto que as entidades da sociedade civil, CNBB, OAB, centrais sindicais e vários outros movimentos de direitos humanos apresentaram, é fundamental para sanear toda essa questão que custa caro ao bolso do contribuinte, que é a corrupção neste país. Acho que nós, como agentes públicos, deputados, parlamentares, mesmo sabendo que a reforma política é uma questão federal, que precisamos de mudanças na legislação federal, deveríamos contar com o empenho desta Casa. Vou propor, nos próximos dias, que a Assembleia Legislativa realize um ciclo de debates sobre a reforma política, trazendo aqui personagens nacionais. Mas essa discussão tem de comprometer a todos nós, porque cada deputado estadual tem suas relações, seu trabalho em conjunto também com deputados federais, de forma que a Câmara e o Senado Federal tomem consciência de que a mãe de todas as reformas é a reforma política.

Definir a representação nossa no poder, na Câmara Federal, nas assembleias legislativas de outros estados, no Senado e nas câmaras municipais é fundamental para dar maior transparência, para que a sociedade conheça por dentro os seus parlamentos e tenha um poder mais efetivo de controle em relação a eles. Por isso defendemos uma reforma política que implique redução dos partidos. Hoje temos 35 partidos no Brasil. Sabemos que eles acabam sendo siglas de aluguel em muitos lugares, acabam sendo objeto de negociação e de barganha. Pergunto: temos 35 ideologias partidárias no Brasil? Então é necessário que tenhamos cláusulas de barreira. Qualquer um pode criar um partido, sim, mas ele tem de ter desempenho eleitoral, que seja cobrado dele desempenho eleitoral, como em qualquer democracia do mundo. Enquanto tivermos essa fragilidade das ideologias partidárias, podemos ter certeza de que o tema da corrupção não vai ser combatido.

Outra questão importante é a possibilidade de o eleitor intervir no mandato do Legislativo em que ele vota, que é a figura do *recall*, da possibilidade da troca, da possibilidade de mudar o eleito, numa lei talvez com maior agilidade. Isso é muito importante.

Outra coisa que está na proposta da CNBB, da OAB e das centrais sindicais é a questão da redução do número de mandatos, a questão da necessidade de que o eleitor acompanhe o Legislativo com maior transparência, que todos os atos do Legislativo sejam plenamente divulgados. A proposta ainda comporta a discussão da redução do número de cargos de recrutamento amplo – a figura do concurso tem de ser consagrada –, a discussão da meritocracia como algo fundamental, um serviço público mais profissionalizado, em que se pense realmente a questão da cidadania e do bem comum, e não interesses particulares ou interesses específicos de um setor. Isso é algo fundamental para a gente começar a repensar essa chaga social que custa tanto aos cofres brasileiros, que é a ideia da corrupção.

Entendo corrupção não só como desvio para benefício pessoal. A própria palavra “corrupto”, usada pela primeira vez no século IV ou V, por Santo Agostinho, tem na sua gênese duas palavras fundamentais: *cor*, coração, e *ruptus*, ruptura.



Então hoje, mais do que nunca, até o desperdício no serviço público ou o mal uso do dinheiro público também são formas de corrupção. Não é só a questão do desvio, do enriquecimento pessoal, dentro da tese de se apropriar do recurso público. Vejo que hoje o combate à corrupção passa pela discussão da reforma política.

Por isso vou propor que esta Assembleia faça um ciclo de debates sobre a reforma política. Que a gente vá ao interior fazendo mobilizações e dizendo que essa é a reforma central, porque a partir do momento que melhorarmos o processo de eleição dos que estão aqui... Finalmente, acho que isso tem que caminhar por votação por lista. Hoje as candidaturas individuais se sobrepõem às ideologias partidárias, encarecem a campanha. A possibilidade de o eleitor, como nos modelos italiano e argentino, intervirem na própria lista, mudando a sua ordem, é fundamental. Finalmente acredito que é o fim do financiamento privado de campanha.

Hoje uma decisão do Supremo decidiu o fim do financiamento privado, mas isso tem que vir em lei, e o financiamento pessoal, individual, ainda não está proibido. Temos que colocar com clareza a ideia do financiamento público. Não adianta ter recurso, ter milhões, seja de terceiro ou dele próprio, para fazer uma campanha. O financiamento público de campanha fica mais barato para a sociedade, evita corrupção futura, evita qualquer tipo de conluio com aquele que contribuiu com a campanha.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)\* – Fico muito satisfeito, pois nossa agenda, nosso cotidiano, não nos permite discutir aquilo que é a essência do Parlamento, que é a política *stricto sensu* e seu regramento. Precisamos muito, deputado Durval, como Poder constituído, esse grande Poder, que é a Assembleia de Minas, dar um passo exemplar para o Brasil.

Concordo quase na literalidade com vossa opinião. É fundamental a reforma política. Não acredito que os estafes políticos de hoje devam ser os propositores dessa reforma. Acredito numa constituinte exclusiva para a reforma política de pessoas que não vão usar o mandato, não vão legislar em benefício próprio.

O deputado Durval Ângelo\* – Concordo plenamente.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)\* – Sou, há muitos anos, defensor do financiamento público exclusivo, com regulação das mídias eleitorais. Não tem que ter nada de mídia, não tem que ter carro de som, não tem que ter camiseta, não tem que ter *outdoor*. Tem que ter acesso aos meios de comunicação, porque as concessões de rádio e de TV são públicas, acesso igualitário para todos, sem programas de marqueteiros. É um estúdio do próprio Tribunal Regional Eleitoral, onde todos iriam mostrar suas ideias para que, de fato, essas ideias sejam um instrumento de transmissão do seu pensamento para as pessoas.

Fico, como todo brasileiro, muito deprimido com tudo que está acontecendo, mas o que mais temo com a Lava Jato, com tantos problemas, tantos escândalos, deputado Durval, é que isso não traga uma mudança radical. O que nós queremos é que essa virada de página seja uma virada para que o País possa, de fato, mudar radicalmente. Vamos inclusive encontrar, em todos os campos partidários, vários partidos, pessoas que vão se aglutinar, que pensam na política da forma correta e que têm um pensamento a favor da sociedade.

Parabenizo V. Exa. pela intervenção. Quero dizer que me subordino e me alinho imediatamente à ideia de esta Assembleia sediar um debate denso e para o Brasil, porque podemos, sim, a partir de Minas, apresentar uma posição para o País. Parabéns.

O deputado Durval Ângelo\* – Obrigado, deputado Antônio Jorge. Não me surpreendo com sua intervenção, porque, mesmo estando no primeiro mandato, tem sido um deputado que faz debates de ideias nesta Casa, no campo da política. Isso é muito importante. Fico feliz em propor esse ciclo de debates e gostaria que V. Exa. assinasse comigo a proposição desse evento, porque temos que sair na frente.

Eu me alio plenamente à ideia de uma constituinte política, acho, exclusiva para a reforma política. Quem vai votar não deveria se beneficiar dela. A tendência dos atuais congressos é conservadora. Penso que isso é que falta aqui. É aquela história, em vez de discutirmos as questões em sua raiz, de forma fundamental, ficamos muitas vezes na periferia. Hoje o



problema não é do partido A, B ou C, nem da liderança que porventura esteja envolvida. Temos atualmente uma estrutura que é viciante, que gera tudo isso. Agradeço o aparte de V. Exa.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – Deputado Durval Ângelo, ideologicamente estamos em campos opostos. V. Exa é esquerda; eu, direita. Concordo em grau, gênero e número. Concordo 100% com sua fala. Sem reforma político-partidária no Brasil não acabaremos com a corrupção. E não adianta designar deputado federal para fazer reforma política, porque ele não entende. Nem nós mesmos entendemos. Darei um exemplo de ontem. Eu e o João Leite fomos ao Tribunal de Contas, e surgiu o assunto da reforma política com um conselheiro. Defendi o voto distrital misto, e o João Leite não queria o voto distrital misto. Por quê? Porque o João recebe votos da igreja, tem apoio em todo o Estado, é um goleiro conhecido em várias cidades. Ele não tem um reduto, por isso acha que o voto distrital denigrará a política e o atrapalhará a se eleger. Lógico. Falei a ele que sabia o porquê de ele defender aquela ideia. É natural, o ser humano se defende daquilo que o atinge.

Como fazer uma constituinte com um deputado que votará nos próprios interesses? Para fazer uma reforma política é necessário chamar pessoas que não são políticos de carreira, como é o meu caso, como é o caso do João Leite e o seu, Durval Ângelo, para votar. Do contrário, a reforma será feita com os olhos no próprio umbigo. Por aí está cheio de partido de aluguel, cheio de neguinho vendendo tempo de televisão, de partidinho mutreteiro, de dirigente de partido mutreteiro, que não vale uma pitada, que não respeita o eleitor, que sai comprando voto em 853 cidades de Minas Gerais.

Temos de acabar com isso no Brasil. Para tanto, é necessária uma reforma político-partidária, que nunca é feita porque os pilantras estão no Congresso. Vamos fazer um mea-culpa, Durval. Havia 8 partidos antes do PT, hoje são 33. Vocês influenciaram o STF a derrubar a cláusula de barreira. Aquela ideia que o Lula tinha de dividir para reinar, quanto mais partido mais fácil de governar, é ruim. Fico bravo com isso. V. Exa., como petista, tem razão quanto ao que fala. Está correto. Eu o apoio e acho que esse ciclo é importantíssimo. Se queremos dar um novo rumo para a política, tem de ser como V. Exa. falou. Assino embaixo. Embora tenhamos ideologias diferentes, em algumas coisas concordamos, pois sabemos como é a política. Sabemos operar tudo isso.

Se queremos melhorar a política no Brasil, temos de fazer uma ampla reforma eleitoral, partidária e política, e não deixar o Judiciário, que nunca disputou uma eleição, que não sabe nada quanto às eleições e ao processo eleitoral, porque eles fazem concurso público, quando muito disputam uma lista de indicação, estabelecer normas a torto e a direito, dando com os burros n'água, como quando quebraram a cláusula de barreira. A culpa de o Brasil estar desse jeito é do Supremo Tribunal Federal, que acabou com a cláusula de barreira, a mando do PT, por trás, nas salas, à noite, em telefonemas. Pediram para derrubá-la. O ex-presidente da OAB, irresponsavelmente, entrou com a ação para derrubar a cláusula de barreira e para danar o sistema político brasileiro.

Precisamos de uma constituinte fora dos políticos, e com o povo decidindo isso aí. Os políticos que se danem, que tratem de se adaptar às regras que existirem, que corram atrás dos votos para representar a população. Parabéns, Durval Ângelo. Conte comigo para apoiar o seu ciclo de debates. Obrigado.

O deputado Durval Ângelo\* – Deputado Felipe Attiê, não fico surpreso com sua intervenção. V. Exa. tem demonstrado aqui ser um deputado de propostas. Faço o mesmo convite que fiz ao deputado Antônio Jorge. Peço que V. Exa. assine comigo essa proposta de agosto e setembro. Faremos aqui um grande ciclo de debates nacional sobre a reforma política.

Eu acho que cláusula de barreira é cláusula da democracia. Tranquilo. E, ao mesmo tempo, temos de deixar bem claro que você só tem democracia forte se houver partidos políticos fortes. Não podemos ter essa pulverização, senão vamos ficar enxugando gelo, deputado Felipe Attiê, ou esperar qual é o escândalo de amanhã. E aí, se é escândalo do bem, é de alguém contra nós; se é escândalo do mal, é de nosso aliado. Então a gente fica esperando o próximo escândalo, que é a dinâmica que temos hoje do exercício de poder, a dinâmica que temos hoje da estrutura partidária, que é uma dinâmica totalmente falida.



Se não compreendermos que a mãe de todas as reformas é a reforma política, vamos ficar pautando para nossa leitura ou para nossos discursos aqui, de situação ou de oposição, qual é o escândalo do dia. E os colegas deputados já perceberam, nesses anos todos em que estou aqui, que essa não é a minha lógica. Sempre procurei na Comissão de Direitos Humanos fazer um debate de ideias a partir de questões concretas da sociedade e da população, nunca tendo o discurso de ocasião. Por isso, muitas vezes, naquela questão de ordem que fiz anteriormente, cobrei coerência, ou que pelo menos houvesse a crítica. Concordo com ela, mas que houvesse também a autocrítica dos 12 anos anteriores, porque eu sempre me pauto dessa forma aqui no Parlamento.

Então nós vamos encaminhar. E eu vou pegar, para elaborar isso comigo, os deputados Antônio Jorge, Felipe Attiê e outros que aceitarem fazer em Minas, a partir daqui, um grande movimento nacional para a reforma política. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/6/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 17/6/2016, que nomeou Rivelino Alves da Silva, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Missionário Márcio Santiago;

exonerando Alberto Henrique Carolino França, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

exonerando Aluizio de Paula Silva Junior, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Wander Borges;

exonerando Antônio Aleano Barbosa Honorato, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Lamac;

exonerando Carlos Antônio Outeiro, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Lamac;

exonerando Diomar Oliveira Santos, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Lamac;

exonerando Eduardo Sérgio Guimarães, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

exonerando Eféio Bezerra Taumaturgo dos Santos, padrão VL-40, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Iran Barbosa;

exonerando, a partir de 30/6/2016, Genesio da Silva, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

exonerando Jadison da Silva de Nantes, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Lamac;

exonerando João Antônio Gonçalves Botelho, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

exonerando Leonardo Durães de Almeida, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada;

exonerando Walquir Cleuton do Amaral, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

nomeando Alessandra Rodrigues, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cássio Soares;



nomeando Antônio Leal de Almeida, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada;

nomeando Claudia Antunes Malta, padrão VL-35, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira;

nomeando Evandro Gonçalves da Silva, padrão VL-40, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Iran Barbosa;

nomeando Geraldo Macedo Pereira Gusmão, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Wander Borges;

nomeando Leandro Augusto de Barros, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Missionário Márcio Santiago;

nomeando Leonardo José de Oliveira, padrão VL-33, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 22/2016**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Oficina do Espresso Ltda. Objeto: locação de 2 máquinas de café expresso. Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato. Licitação: dispensada, nos termos do art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 31/2016**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig. Objeto: aquisição de café em grãos. Vigência: 12 meses contados a partir da data da assinatura. Licitação: dispensa de licitação, nos termos do Processo nº 1011014056/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 34/2016**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Pisotron Indústria e Comércio de Carpetes Ltda. – EPP. Objeto: prestação de serviço de reforma de piso vinílico, com fornecimento de material e assentamento de novo piso. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura do contrato. Licitação: Pregão nº 24/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

#### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 37/2016**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Talentos Cinevídeo Ltda. Objeto: prestação de serviços de operação de sistemas eletrônicos de áudio e vídeo para a Diretoria de Comunicação Institucional da contratante. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: 12 meses, de 2/6/2016 a 1º/6/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.



#### **ERRATAS**

#### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe na edição de 30/6/2016, na pág. 145, onde se lê:

“nomeando Rosimary Aparecida Silva Caldeira”, leia-se:

“nomeando Rosemary Aparecida Silva Caldeira”.

E onde se lê:

“nomeando Monica Pacheco Silva”, leia-se:



“nomeando Mônica Pacheco e Silva”.

#### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe na edição de 1º/7/2016, na pág. 54, onde se lê:

“nomeando Kênia Christinelli da Silva”, leia-se:

“nomeando Kenya Christinelli da Silva”.

E onde se lê:

“nomeando Erli Voltoline Junior”, leia-se:

“nomeando Erli Voltolini Júnior”.

E, na pág. 55, onde se lê:

“nomeando Zélia Marluce da Silva”, leia-se:

“nomeando Zélia Marluce Martins Oliveira do Vale”.